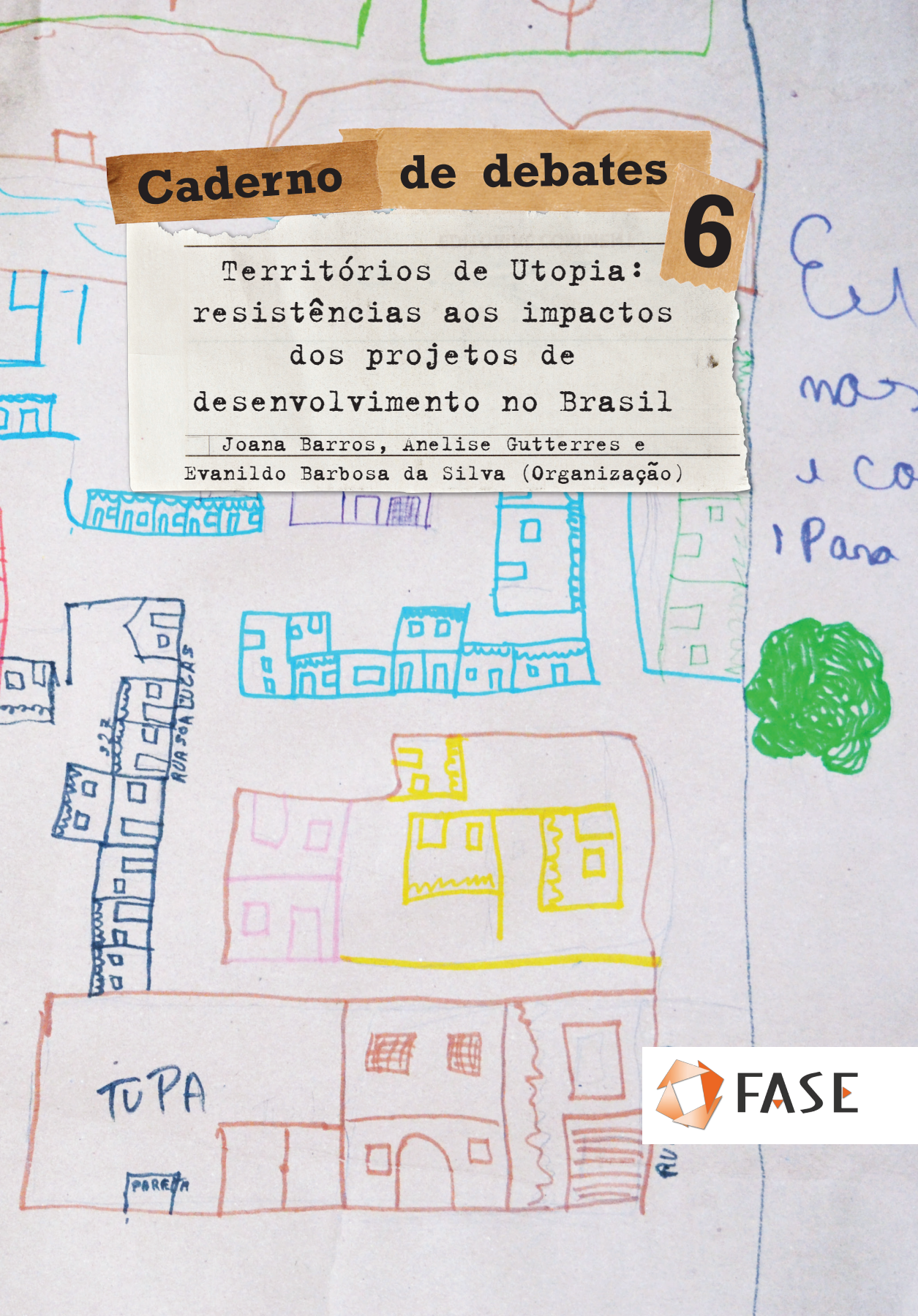


Caderno de debates

6

Territórios de Utopia:
resistências aos impactos
dos projetos de
desenvolvimento no Brasil

Joana Barros, Anelise Gutterres e
Evanildo Barbosa da Silva (Organização)



Caderno de debates 6

Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil

Organização:

Joana Barros, Anelise Gutterres e

Evanildo Barbosa da Silva

Rio de Janeiro, outubro de 2015

Realização



Apoio



Caderno de Debates 6

Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil

FASE - Solidariedade e Educação

Rio de Janeiro/RJ - 2015

1ª. Edição

ISBN 978-85-86471-85-8

Esta publicação foi realizada com apoio da Fundação Rosa Luxemburgo e de fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica da Alemanha (BMZ).

Organização: Joana Barros, Anelise Gutterres e Evanildo Barbosa da Silva

Revisão: Ana Redig, Anelise Gutterres e Joana Barros

Projeto gráfico e Diagramação: Flávia Mattos

Impressão Reproset Indústria Gráfica

Tiragem: 1000 exemplares

Territórios de Utopia: resistências aos impactos dos projetos de desenvolvimento no Brasil

Sumário

- 05 . Cartografia social: para aprender a decidir em condições de
igualdade sobre o presente

Evanildo Barbosa da Silva

- 13 . Experiências cartográficas - nota exploratória

Anelise Gutterres

- 25 . *Pogressio, pogressio...* Desenvolvimento, novo desenvolvimentismo
e Estado

Edson Miagusko

- 33 . Desenvolvimento, violência e racismo no Brasil

Maria José Pacheco

41. Entre ciclos de desenvolvimento

Entrevista com Beto Loureiro

61. Violações de direitos e os impactos na vida das mulheres em comunidades do centro e região metropolitana do Recife/PE

Rosimere Nery Peixoto

75. Ao Mar! Impressões de um giro pela Baía de Guanabara

Joana Barros

85. Territórios de utopia

Marcelo Calazans

91. *Buen Vivir* nas cidades

Mario Rodriguez

Cartografia social: para aprender a decidir em condições de igualdade sobre o presente

Evanildo Barbosa da Silva¹



Oficina de Cartografia com mulheres
pescadoras: inscrição da vida nos mapas

Recife/PE - FASE PE

A FASE preserva, em mais de cinquenta anos de existência e no seu modo de atuar, uma trajetória metodológica de produção de diagnósticos e reflexões sobre a realidade brasileira cuja perspectiva de transformação tem lhe sido condição inerente.

Seu perfil de organização de educação popular – construído, dentre outras referências, em diálogo com aprendizagens e ensinamentos da pedagogia *paulofreiriana* – tem lhe encorajado não abrir mão do contato direto com os territórios e suas populações, coletivos, grupos, organizações, movimentos de base local, dentre outros.

Tem sido diverso o instrumental metodológico que conduz a instituição a esse dinamismo político e que lhe permite transitar em diferentes escalas da vida societária de quem luta pela defesa de direitos nos mais distintos recantos do país. Ele tem se prolongado no tempo e permanentemente se renovado. A condição identitária de educador popular que a FASE não dispensa de suas memórias e atualidades junto a seus profissionais é a parte inicial e viva de seu fazer metodológico. Jean Pierre Leroy, educador, militante e profissional da FASE nos alerta e conosco compartilha dessa identidade ao afirmar que “*criei o costume de me identificar como educador: Rotina ou convicção?*” (Leroy, 2010). Seja qual for a combinação das alternativas, importa destacar que o autor mergulha na sua trajetória para chamar a atenção do caráter dialético da metodologia de atuação da FASE ao estabelecer a indissociabilidade entre o método e o sujeito que dela lança mão, o que procura revelar a relação orgânica do profissional com o método:

1 Evanildo Barbosa da Silva é diretor da FASE, historiador e doutor em desenvolvimento urbano pela UFPE/MDU. Agradeço pelas contribuições reflexivas aqui feitas por Joana Barros e Anelise Gutterres.

Reconhecer-se educador é reconhecer que todos estão ativamente envolvidos num processo de mudança individual e coletiva que tem um sentido, um alvo. A esse processo, o dicionário *Aurélio* nomeia ‘integração individual e social’; Paulo Freire, ‘libertação’, e cada um de nós, conforme nossos desejos, sonhos e utopias. (Leroy, 2010).

Na atualidade a FASE quer dar continuidade a perguntas sobre o método (no caso particular, me refiro às iniciativas de Cartografia Social) e oferecer caminhadas para atualizar diálogos sobre o papel da organização (e de seus profissionais) na conjuntura brasileira desde os territórios. Esse processo de *cartografar* participativa e diretamente realidades sociais, ambientais, territoriais no atual estágio do desenvolvimento do país deve ser compreendido, desde já, como uma opção de inovação na trajetória e nos acúmulos do trabalho desenvolvido por essa instituição, visando contribuir para o processo de articulação e integração de agendas de lutas para além dos limites territoriais determinados pela rotina de projetos ou de políticas públicas setoriais.

Nas últimas décadas, a FASE absorveu e ponderou, construiu e desconstruiu, assimilou e refletiu sobre processos e limites inerentes a metodologias participativas para fugir à tentação e ao risco de perda de organicidade na sociedade civil brasileira e, mais precisamente, procurando estar de algum modo junto aos trabalhadores e às trabalhadoras nas diferentes regiões do país. Além de iniciativas de estudos etnográficos no Mato Grosso, a FASE também modelou e difundiu experiência como a do Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e Saúde no Brasil². Esse mapeamento resultou de um projeto conjunto entre FASE e Fiocruz visando dar subsídios às populações e grupos atingidos em seus territórios por projetos e políticas de desenvolvimento tidas como insustentáveis e prejudiciais à saúde pelas populações e, portanto, uma ameaça às condições de sobrevivência das pessoas e do meio ambiente. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental foi uma base importante de sustentação política da iniciativa³.

Há dois anos iniciamos esse trabalho com cartografia social urbana. Nossa motivação, além dos impactos visíveis dos grandes projetos sobre áreas de atuação da FASE, também foi a percepção de que categorias anteriores de análise da realidade não mais davam conta da complexidade dos problemas, os problemas com os quais nos defrontávamos nos territórios não podiam ser tratados em separado, isolados em suas categorias ‘urbano’ ou ‘rural’. A cartografia social nos ajudou e tem possibilitado recontar a histórias dos lugares

2 Disponível em: www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/

3 Disponível em: www.justicaambiental.org.br

e dos grupos nos lugares. Partimos de uma ideia simples: ouvir e publicizar as histórias desses grupos, através do que chamamos de cartografia social, identificando e colocando em diálogo os diferentes conflitos e dimensões que surgiam nos territórios. São histórias e realidades diferentes, trajetórias organizativas diferentes, grupos mais ou menos organizados, lidando com temas distintos (moradias, violência, gênero, injustiças ambientais...). Tudo isso procurando articular e favorecer trocas entre as populações e seus territórios. Um aprendizado enorme que nos vincula a vida das pessoas e aos seus territórios, o que faz e sugere uma mudança no próprio trabalho das organizações. Algumas questões nos guiavam: por que o mapa? Por que a cartografia? Por que disputar nossa existência nos mapas oficiais? Tudo isso se debateu com os grupos e sujeitos nos seus lugares físicos, políticos, vividos ou imaginados, e nos deu a oportunidade do diálogo e de aproximação entre os grupos, respeitando e percebendo suas diferenças e principalmente, nos deu a possibilidade de construir alternativas – através da resistência e da construção de outro território, de territórios de utopia.

É sob esse percurso e motivado pelo que emerge de questões e de desafios como esses apontados acima que vamos apurando os sentidos do método e dos porquês de sua valorização. Várias oficinas de cartografia social foram realizadas. Em alguns lugares a FASE se reencontra com essa memória metodológica e política por terem resistidas trajetórias de cartografia social iniciadas em décadas passadas e noutros lugares elas simplesmente se apresentam como novidades. Na Amazônia, por exemplo, a FASE se reencontra com essa abordagem metodológica por ter vivenciado o uso e difusão da cartografia social como instrumental de luta em décadas passadas. Na Bahia, a FASE é reconhecidamente uma organização de educação popular cujo processo de formação política empreendido parte de uma rica base de informações levantadas participativamente junto aos sujeitos sociais com os quais a instituição atua. No Espírito Santo, o trabalho que a FASE tem realizado com quilombolas e outros sujeitos dos múltiplos conflitos ali registrados pela presença da celulose, petrolíferas, dentre outros, também se fortalece a partir do uso de instrumentos metodológicos que ensejam uma relação direta com essas populações em contextos de resistências aos impactos. Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, a FASE tem feito uso da cartografia social como parte não só dos processos de formação e mobilização dos sujeitos sociais urbanos, como também tem atraído a juventude para agendas como “justiça socioambiental nas cidades” e “justiça contra o extermínio da juventude negra”.

Não é o método em si. É a intenção política de tornar coletivo e em condição de resistência o que o modelo e as opções dos projetos de desenvolvimento teimam em fragmentar no seio da população impactada e no interior de redes, articulações e fóruns que lhes dão sustentação. Neste caso, a cartografia social assume-se como metodologia que sugere e induz a uma

ação necessariamente de contestação política direta e a uma possibilidade de olhar crítico sobre as ambiguidades das escolhas e das opções dos diferentes modelos de desenvolvimento sobre a presente geração e sobre gerações futuras. Isso em si já seria uma possibilidade de reencontro com aquilo que Jean Pierre Leroy chama de “ética da responsabilidade”, evocando ele próprio “um prisma no qual tempo e espaço encolhem e tornam próximos os que estão longe” (Leroy, 2010:175).

Assim, a cartografia social segue esse mote e se apresenta como possibilidade de oferecer e vocalizar narrativas dos sujeitos violados e das formas de violações que se abatem sobre eles. Cartografias sociais se realizam pra aproximar e resgatar memória contra ideologias do esquecimento e da tentativa de alienação das pessoas e de seus territórios. Às vezes elas podem reunir diagnósticos de uma hegemonia reinante, mas, são potencialmente contra-hegemonia, são revelações de resistência, sinais de utopia da “resistência com alternativas” e com processos moleculares de articulação de sujeitos sociais conscientes da necessidade de transformação a partir de seus diferentes territórios de resistência e luta. Como nos ensina Henri Acselrad:

Apesar de suas distinções conceituais e metodológicas, a cartografia social pode ser entendida como a apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão... (Acselrad, 2013: 17).

A convivência com processos metodológicos baseados nos usos da cartografia social tem sugerido que há muitos elementos comuns de lutas nos territórios e que se aproximam das agendas políticas pactuadas no campo popular institucional atuante. Por essa convivência temos identificados que há, de fato, uma intensa e múltipla disputa do capital pelos territórios. São diferentes projetos, mas cujos impactos são assemelhados, produtores de injustiça ambiental o que em si caracteriza o padrão dos conflitos narrados e mapeados por quem os sofre diretamente. São conflitos na esfera da produção e conflitos na esfera da reprodução, sendo, por exemplo, as cidades uma expressão de como os territórios estão se transformando em territórios explosivos. De todo modo, observamos das narrativas que urbano e rural são escalas que não intimidam a lógica de realização violenta dos projetos e que, por isso mesmo, o diálogo entre essas escalas também pode ser visto como oportunidade de romper as “caixinhas” da luta política.

As narrativas que nos oportunizam os processos de cartografia social falam de uma tríade que se conecta com força assustadora: desterritorialização, militarização e violência institucionalizada. Neste sentido, elas têm o virtuosismo em apontar as responsabilidades do Estado sobre a manifestação dos

impactos, mas, ainda visibilizam pouco o papel que jogam os agentes privados na origem das violações manifestadas, papel a ser aprimorado pelas coalizões e coletivos de resistência nacionais.

Nesse processo de cartografia social observamos que as mulheres, os jovens e as pessoas idosas são aquelas que sofrem inicial e duplamente os impactos das violações nos territórios. As narrativas localizam a extensão da violência de gênero, a profundidade da discriminação e da criminalização praticada sobre os esforços de reação e contestação aos projetos. Isso se faz acompanhar de manifestações de racismo, tanto o ambiental como o institucional e são esses diferentes perfis de racismos que reforçam e estruturam as violações narradas ora como genocídio da juventude, ora como violações contra territórios quilombolas ou discriminação pura e banalizada contra mulheres negras trabalhadoras, catadoras, mães ou filhas.

As narrativas em processos de cartografia social também sugerem que nem sempre as violações se manifestam a partir dos grandes projetos, mas, já e justamente pela ausência do Estado em termos de políticas públicas básicas. Elas dizem que, de um lado, os serviços essenciais básicos (políticas assistenciais e previdenciárias, educação, transporte saúde, reconhecimento de novas doenças...) tardam a chegar adequadamente nos territórios de resistência e quando chegam, de outro lado, são políticas públicas com potencial de estímulo de novos problemas locais por serem exíguos, mínimos e por não realizarem cobertura ampla e assim tornarem escassas possibilidades de respostas à demanda reprimida ao longo dos tempos.

Enfim, os impactos se (des)encadeiam em diferentes escalas, o que projeta conflito em territórios ainda não ameaçados dado que as narrativas também apontam uma motivação de sua expansão: uma certeza vigente de impunidade que há de ser enfrentada pela luta social que, embora resulte de condições locais de resistência, não poderá ser vitoriosa senão pela articulação dos diferentes sujeitos da resistência aos impactos numa escala nacional e internacional.

Interessa-nos depreender dessas experiências e trajetórias de usos das cartografias sociais uma questão vital para entendermos o lugar e o papel de uma organização de defesa de direitos como a FASE na sociedade. Isso ainda vai para muitos anos de reflexão adiante, mas, o exercício aqui é o da valorização do método e do papel orgânico tanto do educador como das pessoas envolvidas diretamente com os impactos seja das políticas públicas seja dos grandes projetos como expressão de algumas dessas políticas. E, neste sentido nos referenciamos em Henri Acselrad quando resume que:

A legitimidade conferida ao processo de informação cartográfica e sua divulgação entre diferentes atores sociais se constitui como um elemento importante para a ação políticas das comunidades,

pois contribui de diversas maneiras: serve para dar visibilidade aos grupos sociais, seus territórios, territorialidades, representações, identidades, conflitos e lutas por reconhecimento de direitos; auxilia na ampliação do conhecimento dos grupos sociais sobre seus territórios, sobre suas histórias e sobre os usos que fazem de seus recursos naturais; contribui para os processos de reivindicação, de defesa e de proteção dos territórios e de seus recursos; fortalece organizações indígenas; e amplia o diálogo entre os povos indígenas e as instituições governamentais e não governamentais. (Acsegrad, 2013:17-18).

Assim, a FASE prossegue tendo a chance de desenvolver ações de mapeamento de violações, de situações de conflitos ou registrando a resistência popular desde os territórios e suas identidades reconectadas, fazendo uso da cartografia social que igualmente visa subsidiar a luta das organizações por direitos e apoiá-las na disputa perante as muitas “*guerras discursivas*” travadas especialmente contra os meios de comunicação hegemônicos e setores de universidades alinhados às corporações empresariais e ao modelo de desenvolvimento em curso, reposicionando e ao mesmo tempo sendo fortalecida pelas crenças, pelas expectativas metodológicas e pelas utopias políticas que emergem e apontam para a urgência de nós mesmos defendermos e construirmos outros modos de vida, outras formas de estar e de assegurar condições igualitárias de decidir sobre o presente.

Referência bibliográfica

LEROY, Jean Pierre. *Territórios do Futuro: educação, meio ambiente e ação coletiva*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013.

Experiências cartográficas – nota exploratória

Anelise Gutterres¹



Oficina de cartografia com mulheres, maio 2015.

Barra do Riacho/ES - Joana Barros

As cartografias sociais e o que foi se configurando como “mapeamento participativo”, ou seja, “aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento”, têm se multiplicado desde a década de 90 em diversas localidades do mundo, entre elas no Brasil. Em nosso país, a experiência mais relevante desses processos estão na região amazônica, junto ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA)², que desenvolve mapeamentos e cartografias de fronteiras, localidades, regiões, pequenas e médias cidades, sempre com a perspectiva de que esse processo é uma ação política dos envolvidos e uma disputa pela representação do espaço. Não poderíamos seguir sem citar mesmo que rapidamente essa iniciativa. Muito do que nos move e nos inspira na produção de cartografias como processo de reflexão coletiva do desenvolvimento, das violências, dos “impactos” delas na vida cotidiana e nos percursos de diferentes grupos, partem dessas experiências e de suas metodologias.

Fabricando territórios

É ainda importante ressaltar alguns pontos acerca do processo cartográfico antes de seguirmos. Entendemos que eles estão intrínsecos a escolha da

-
- 1 Anelise Gutterres é antropóloga, colaboradora nos processos de construção de Cartografias Sociais na Fase.
 - 2 Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS/UFAM, que recentemente teve sua primeira tese de doutorado defendida por uma pesquisadora do Projeto NCSA. O projeto atua em parceria com outras universidades desenvolvendo cartografias com quilombolas, indígenas, ribeirinhos e também grupos urbanos, em Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ver mais em: <http://novacartografiasocial.com/>.

cartografia como técnica complementar de empoderamento e ação política nessas regiões.

Os cartógrafos e os mapas dentro das historiografias ocidentais e da cultura ocidental foram usados para controle de territórios, legitimação de domínios, militarização de fronteiras, de “riquezas”, e de populações. Foram fundamentais para “conquistas” de nossos territórios ameríndios (e também de outros) e para a definição do Estado como uma “entidade espacial”, posteriormente para construir nacionalismos pós-coloniais ainda herdeiros de lógicas coloniais.

Os primeiros mapas de constituição dos Estados tiveram a ver com penetração e orientação, identificação das rotas para o interior, pontos de referência considerados críticos nestas rotas e colocação de símbolos que sugerem a existência de riquezas. Uma segunda vertente da produção cartográfica é a territorialização ou delimitação do traçado do Estado, assim como a definição de propriedades dentro dele. Uma terceira tarefa do mapeamento é a da criação de jurisdições administrativas para facilitar o controle centralizado sobre o território nacional e seus domínios. Um quarto tipo de mapa, o mapa de zoneamento, prescreve utilizações para o território. (Acsehrad e Coli, 2008)

Também se cartografou e se usou a expressão “mapas” e “mapeamentos” para delimitar o “espaço social do desenvolvimento”, por intermédio de categorias baseadas em noções e índices internacionalizados que geralmente delimitam os territórios em mundos – primeiro e terceiro – e criam espaços de neocolonização e cooperação internacional, por conta das insígnias da “fome”, “miséria”, “violência”, “criminalidade”. São territórios e regiões que recebendo essas classificações, precisam disputar outras formas de representação que não sejam essas.

Um exemplo dessas classificações que limitam os sujeitos e os estigmatizam, e nas quais reflito em outro escrito (Gutterres, 2014), é a noção de “territórios da paz”. Ela está no cerne do projeto de pacificação, efetivado pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) em favelas do Rio de Janeiro, no entanto, é uma noção de território que foi implementada pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) em diversas cidades do país, a partir de 2007. Esses territórios foram definidos com base em relatórios georeferenciados da ONU, que mostram que a violência nas cidades brasileiras está concentrada em áreas específicas, tradicionalmente habitadas por uma população pobre, com precário desenvolvimento urbano e altas taxas de abandono escolar. Com base em cruzamentos de dados oriundos desses georeferenciamentos se conclui que essas áreas são precisamente as

mesmas utilizadas como pontos estabelecidos do tráfico varejista de drogas, e que por essa característica refletem uma grande presença de armas de fogo.

Dentro desse contexto de disputa por representação e interpretação sobre os territórios, a construção das cartografias tende a ser – como já apontamos – uma possibilidade de reflexão sobre estigmas, sobre a possibilidade de reapropriação de áreas e limites perdidos; a possibilidade de articulação e, certamente, de contestação. Foi buscando essas reflexões – e alternativas no campo das resistências – que iniciamos em 2014 um ciclo de produção de cartografias com mulheres nas regiões de Manguinhos e Caju, no Rio de Janeiro; e também com um grupo de mulheres e de pescadores de Barra do Riacho, no município de Aracruz, estado do Espírito Santo. Nesse texto conheceremos um pouco mais sobre a experiência no Espírito Santo³.

As oficinas com mulheres

As mulheres com quem nos reunimos em Barra do Riacho têm em comum a experiência de construção da ocupação e do assentamento “Nova Esperança” em uma área reivindicada por elas como área para habitação de interesse social. Também compartilham a experiência violenta da remoção forçada, vivida por elas e suas famílias em maio 2011, que culminou com a completa destruição da ocupação⁴.

3 Os processos cartográficos no Espírito Santo foram realizados por uma pequena equipe composta por integrantes da Fase/ES: Beto Loureiro, Daniela Meirelles e Marcelo Calazans; por mim e Joana, que é assessora nacional da instituição. Fomos três vezes ao território com a intenção de conversar e construir com eles uma cartografia. Alguns moradores de Barra do Riacho, no entanto, já eram próximos da equipe regional, em razão da Rede Alerta Contra o Deserto Verde, criada no início dos anos 2000.

4 Henrique Alves, “Sem motivo, construção de casas populares em Barra do Riacho está parada há seis meses”, *Século Diário*, 14/01/2015. A decisão judicial de reintegração de posse do terreno de 100 mil m² onde estava o loteamento foi efetuada com extrema violência pelo Batalhão de Missões Especiais (BME) contra as 313 famílias que viviam no local. Conforme a reportagem os antigos moradores de Nova Esperança recebem Aluguel Social da Prefeitura de Aracruz, no entanto, a maior parte das famílias reclama de atraso no pagamento e também do acúmulo de dívidas que contraíram para construção de sua casa no loteamento. Disponível em <<http://seculodiario.com.br/20863/13/sem-motivo-construcao-de-casas-populares-em-barra-do-riacho-esta-parada-ha-seis-meses-1>>; acessado em julho de 2015.



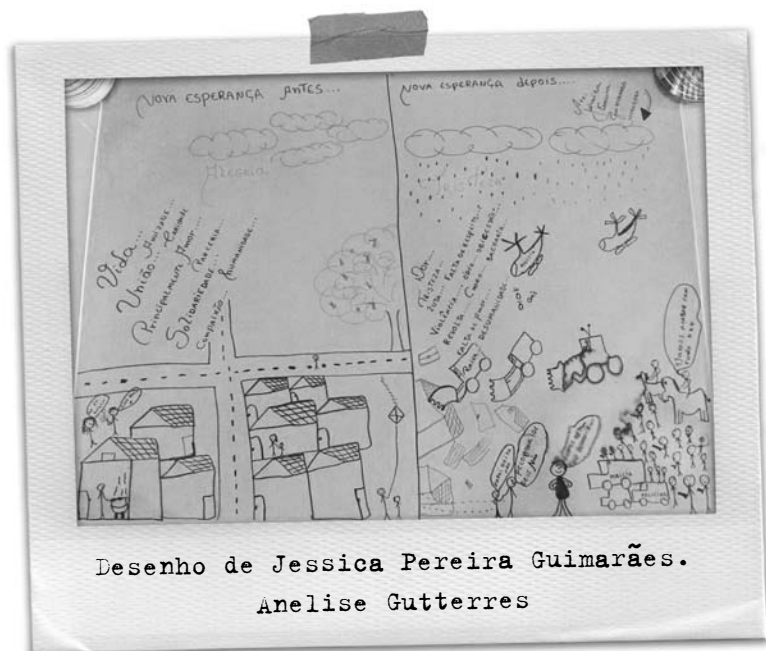
A experiência de Cartografia Social com mulheres tem se mostrado bastante provocadora para acessar relatos e narrativas específicas, que muitas vezes não são elaboradas pelas mulheres em espaços coletivos – tradicionalmente ocupados por um *ethos* masculino – como o ambiente das reuniões, plenárias,

audiências. Como já vínhamos notando na experiência de Cartografia Social participativa com mulheres de Manguinhos e Caju – sobre os temas da violência policial, desenvolvimento e cidade, e executada pela Fase/RJ – a construção da auto cartografia foi importante para engajá-las na construção de uma contra narrativa, com ênfase na disputa por seus territórios ou, no caso do Rio de Janeiro, na qualificação da chave da violência para compreensão dos locais onde vivem. Nossos encontros sistemáticos, os debates feitos com profundidade, e formação construída conjuntamente são parte de um processo que tem fortalecido a luta delas, conforme nos contam nos encontros.

Na experiência de Barra do Riacho, fomos notando que a transformação predatória do meio ambiente acirrava a desigualdade já estabelecida entre gêneros. As mulheres são as mais vulneráveis a vinda de empreendimentos às regiões, pois não está incluído no “pleno emprego” divulgado pelos governos vagas para elas. Se for o caso do companheiro ou do filho se empregar na etapa de construção da planta, dificilmente permanecerá empregado, o que gera um desequilíbrio na dinâmica e economia familiar, já afetada pela chegada da obra. São as mulheres jovens as mais sugestionadas à prática da prostituição, quando centenas de homens ingressam no território para ocupar os postos de trabalho. Com mais impeditivos à mobilidade, dados pela construção racista, machista e patriarcal de nossa sociedade, as mulheres compõem os grupos que mais adoecem, mais se sentem solitárias e desmobilizadas em um cenário de grandes mudanças no meio ambiente, algo que afeta diretamente seu modo de vida. Isso ocorre nas cidades, nas periferias, áreas ribeirinhas, e em áreas onde os modos de vida são mais independentes da dinâmica capitalista, mesmo que com muitas diferenças. São essas diferenças que também seduzem a migração em massa aos centros urbanos, o que não necessariamente melhora a condição de vida delas, sendo que a cidade exige estratégias para o acesso as oportunidades que promete, estratégias que elas geralmente desconhecem.

Como o debate feminista sugere, também estamos atentas as diferentes gerações durante a construção das cartografias, pois ela é fundamental para que o diálogo seja dinâmico, sem que mascare diferenças geracionais em igualdades de gênero e identidades de raça.

O mapeamento dos ofícios, trajetória social, expectativa, história de vida das mulheres foi fundamental para conhecer a relação que elas têm com o seu ambiente e a moradia, já que trilham percursos diários distintos daqueles que os homens percorrem. Acessam e elaboram outras noções e relações com esse meio, com a água, o mar, a mata, os dias e noites. A noção de tempo destacada pelas mulheres deve também ser levada em conta na construção das disputas e das resistências. Geralmente suas experiências não são as protagonistas no amplo espectro dos impactos nos territórios, no entanto, sua voz certamente relata especificidades invisíveis, principalmente se pensarmos no ambiente de resistência historicamente permeado pela categoria trabalhador.



Os pescadores de Barra do Riacho

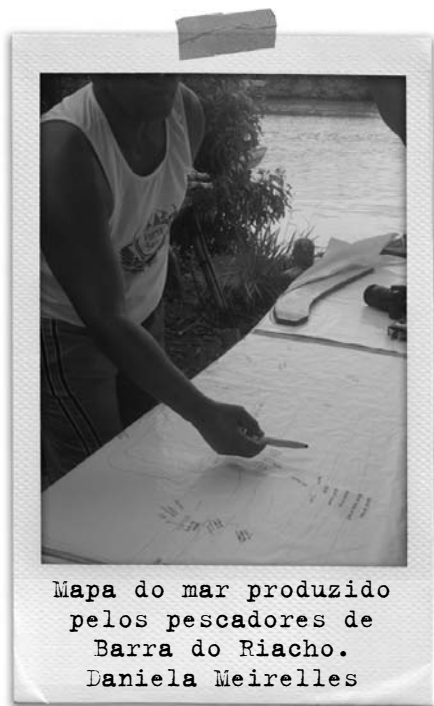
Nas vezes que fomos até Barra do Riacho conversamos com dezenas de pescadores sobre os impactos da construção de um estaleiro (Jurong)⁵ e também de um novo porto (Nutripetro) em uma região já bastante “sacrificada” pela ação da empresa Aracruz (hoje Fibria) que ocupou ilegalmente terras indígenas na década de 60 e expandiu o eucalipto nelas; represou rios e construiu açudes para irrigação dessa monocultura; destruiu mata nativa; assoreou a boca da Barra onde os pescadores da região tiravam seu sustento; poluiu as águas, inviabilizou o livre acesso a comunidade com linhas de trem particulares. O novo porto e o estaleiro estão vinculados a expansão da cadeia do Petróleo no país e projetam na população a mesma positividade de outrora na justificativa de sua instalação: pleno emprego, progresso, vindas de serviços e políticas públicas para os moradores.

A atividade da pesca, em especial a reivindicada pesca artesanal, está na raiz de Barra do Riacho. Conversamos com um grupo de pescadores em um local chamado por eles de estaleiro. A pequena oficina de barcos nada lembra as

5 Conforme ressaltou Vieira (2012:50) o grupo que opera a Jurong atua no Brasil há cerca de 15 anos. Ele seria responsável pela produção de aproximadamente 50% dos estaleiros brasileiros somando ao todo 11 plataformas de produção de petróleo.

grandes estruturas da empresa Jurong, recentemente instalada na divisa entre Barra do Riacho e Barra do Sahy para construção de navios e estruturas que servirão ao circuito de exploração da Petrobras na costa da região. Após uma rodada de relatos, onde eles nos narraram as sucessivas tentativas de ‘enguetamento’ da população por parte das empresas, e o crescente assoreamento da boca da Barra, onde saem com os barcos em busca do pescado, propomos a abertura de uma folha branca com a proposta de construirmos um mapa.

O mapeamento da costa em torno da barra, zona utilizada pelos pescadores para pesca artesanal, é muito distinto daquele feito em terra. Se em uma cartografia na terra contamos com as linhas das ruas, esquinas, limites que baseiam o vivido dos percursos, no mar a água parece infinita e indistinta para nós que escutávamos os relatos, e que não tínhamos familiaridade com a pesca.



**Mapa do mar produzido
pelos pescadores de
Barra do Riacho.
Daniela Meirelles**

Os pescadores narraram uma gama de localidades, “laminhas”, nascedouros, zonas de cultivos específicos, zonas de pesca de diferentes espécies, que iam mapeando anéis de expansão em direção ao mar aberto, esse o verdadeiro território pesqueiro. As referências da terra foram todas elas descritas do ponto de vista do pescador que está no mar; a proximidade entre uma montanha e outra é calculada e nominada a partir do mar, construindo referências de localização que fabricam rotas, distâncias, desafios e também qualidades de peixe encontradas nesses pontos. O assoreamento, a poluição, a rota errante dos navios – e recentemente a movimentação de maquinário para imple-

mentação da Jurong – estão inviabilizando a pesca na região⁶. Se a costa está mudando – e a referência da costa é o ponto de vista do mar – não só o mar, mas os parâmetros de localização nele, também estão alterados. Há territórios que estão desaparecendo, ilhas minguando, referências antigas de circulação no mar já não podem mais guiar os barcos.

A dragagem que remexe o fundo e joga água em alto mar, os sonares, o movimento dos navios; provocam uma transformação que sob o olhar dos pescadores é uma mudança que aponta para um cenário irreversível a atividade da pesca artesanal. Há dezenas de espécies de peixes que não são mais encontradas por ali. Espécies que caracterizavam a atividade naquele local. Eram espécies aguardadas, seus nascedouros cuidados, hoje não existem mais naquelas águas. A alternativa das empresas para compensar a transformação irreversível que elas provocam nesses locais geralmente é uma indenização em dinheiro dada as populações que se declaram impactadas com os empreendimentos. O dinheiro que inicialmente pode ser visto como volumoso e bem-vindo, cria um novo problema aos grupos que tem dificuldade de administrar e viabilizar novas alternativas ao modo de vida ao qual nasceram e foram criados. Boa parte dos pescadores da Barra aprendeu a pescar com seus pais, as histórias desse aprendizado – por vezes heroicas, por vezes de medo e de superação – ainda brilham nos olhos daqueles que choram a perda do seu modo de vida enquanto lembram as peripécias da juventude no mar, a riqueza do oceano e a fartura dos peixes. Os filhos, supostamente os trabalhadores em potencial das futuras instalações dos empreendimentos que chegam ali, não permanecem nas empresas após a fase de construção. O pleno emprego dura apenas alguns meses, e depois disso, nada mais pode ser feito. A indenização está dada, o peixe escasso, não há trabalho e não há mais quem ensine a pescar.

A cartografia dessas resistências foi produzida, portanto, a partir de relatos de um modo de vida em processo acelerado de extinção, provocado pela instalação das empresas, que é preciso destacar, são financiadas com recursos do governo federal e suas agências. As cartografias são, portanto, uma alternativa complementar de reflexão, de retomada dos elementos que compõem os processos identitários. Os relatos quando circulam, levam ao papel pontos, trajetos, lembranças da vida no mar, e avaliamos que esse processo pode

6 De acordo com o levantamento realizado por Vieira (2012), e como destaca também a Carta Aberta publicada em 2010 pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, a proposta de licenciamento para instalação do Estaleiro foi inicialmente avaliada pelos técnicos do IEMA como inviável de ser executada. Mesmo com protestos dos técnicos responsáveis pelo laudo, a diretoria do instituto aprovou oficialmente o EIA apresentado pela empresa. Segundo o RIMA do EJA (apud Vieira, 2012), o número de espécies da fauna a serem afetadas pela operação do Estaleiro são: 25 espécies de cetáceos, 5 espécies de tartarugas, 39 espécies de peixes marinhos, 19 peixes de água doce, 91 espécies de aves, além de plânctons e outras espécies.

fortalecer esses homens e a resistência do seu modo de vida. Não se trata da construção de reversões fantasiosas das áreas já modificadas. Mas de se insurgir contra um desenvolvimento que é extremamente agressivo, apontando para a viabilidade de alternativas de extração dos recursos que por sua escala não comprometam profundamente o meio, pois aqueles que vivem dele há muitos anos, o fizeram sem extingui-lo. A resistência dos pescadores acaba sendo uma contribuição deles a um processo de modificação antitético, que só pode ser percebido por quem está observando há anos a velocidade com que as mudanças vêm ocorrendo: dia a dia, mês a mês, maré a maré, e por essa razão conhece a grandeza dos seus impactos.

As utopias em mapa

A cartografia não é hegemônica e nem homogênea, também não tem pretensões de totalizar uma contra história oficial para a região, que no caso de Barra do Riacho, é uma história oficial que positiva o crescimento, o desenvolvimento da forma como vem se impondo ali há anos.

Todas e todos com quem trabalhamos construíram as cartografias a partir de suas experiências particulares (mas não menos coletivas) de experiência no espaço, a terra ou o mar. O fato de serem experiências de grupos específicos, trouxe inicialmente um estranhamento e uma hesitação por parte delas e deles. É preciso destacar que a ideia de mapeamento prefigura uma totalidade em sua noção mais arcaica de representação do espaço, e isso foi questionado, “mas é só a minha história” diziam. Posteriormente, no entanto, a especificidade teve outro efeito, culminando em uma progressiva apropriação do processo e também do produto dele: os mapas.

Como propõe Vianna Jr. (2009), as comunidades:

A partir do domínio de metodologias e tecnologias têm dado visibilidade a si mesmas e a seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas políticas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os “mapas são territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas.

O mapa pode constar como uma das formas de disputa política feita, nesse caso, a partir da cartografia. Cartografar as insurgências cotidianas, os percursos que resistem e constroem especificidades aos moradores, a resiliência que permite “ir em frente” após perdas tão duras como a perda da casa, mas

principalmente a perda do modo de vida, a perda do meio onde se construiu a história de muitas vidas. Ela é uma tentativa de colocar no espaço uma imagem que seja autoexplicativa do que é viver nesses locais. Apresentando-a, ao mesmo tempo, como uma narrativa contra hegemônica, e principalmente como disputa constante pela legitimação da sua noção do que é a vida. Reivindicando que ela não seja, por causa da representação dominante do que é viver, inviabilizada.

Para finalizar esse texto eu deixo uma reflexão de um pescador de Barra do Sahy, seu Arlindo, que tem um pouco mais de 80 anos, todos eles vividos no local. Que embarquemos com ele nas águas desse tempo, que é transformação, mas também é cúmplice de uma relação com o mar, intensa e ameaçada. Que avancemos em nossas ações e reflexões, contribuindo para um movimento mais amplo, buscando deixar aos “filhos da Barra” e aos filhos do mar, mais do que lembranças de um lugar que há trinta anos vem desaparecendo.

*“Eu acordo quatro e meia, cinco horas da manhã todo dia.
Aí vou lá no meu mar olhar, vejo o mar, né?
O mar me recebe, eu recebo ele, porque é onde eu convivi, criei minha família.
Eu tenho o maior amor ao mar.
É por isso que eu não saio daqui para lugar nenhum.
Mas a gente vai vivendo, vivendo, chega uma época que a gente assim
pensa tanta coisa, mil coisas passam pela cabeça da gente.
Está chegando no ponto de eu ter que me mudar daqui.
Eu estive conversando com o rapaz esses dias e o rapaz falou comigo assim
‘Sr. Arlindo, eu estive em um lugar que é Barra do Sahy há 30 anos atrás’.
Aquilo me deu uma animação danada para mim ir para esse lugar!”*

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri; COLI, Luís Régis. Introdução e Disputas cartográficas e disputas territoriais, In ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. pp. 13-44 e pp. 9-12.

ALMEIDA, A.W. B. de SANTOS, G.S. (Org.). *Estigmatização e território: Mapeamento situacional dos indígenas em Manaus*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Etnicidade e urbanidade: a Aldeia Beija-flor, Novos Cadernos NAEA v. 14, Nº 1, jun. 2011, pp. 131-146.

GUTTERRES, Anelise. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), Porto Alegre, 2014.

VIANNA Jr., Aurélio. “O reencantamento da cartografia”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, junho, 2009, pp. 36-37.

VIEIRA, Luiz Henrique. *Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho – Aracruz/ES*. Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito (Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Geografia), Vitória, 2012.

***Pogressio, pogressio...* Desenvolvimento, novo desenvolvimentismo e Estado**

Edson Miagusko ¹



Terminal de regaseificação de GNL da Petrobras
Baía de Guanabara/RJ - Joana Barros

Apesar de próximos, desenvolvimento e crescimento não podem ser considerados sinônimos.

Até os anos 1990, esse mito contava com um forte álibi: o critério do PIB *per capita* como comparação do desenvolvimento de países, regiões e localidades. A partir da divulgação pela Organização das Nações Unidas (ONU) de um Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD) foi ficando mais evidente que o desenvolvimento está no modo como as sociedades utilizam os resultados do crescimento econômico. Só há desenvolvimento quando os benefícios deste crescimento são utilizados para ampliação do bem-estar social, o que depende do arranjo de forças políticas e sociais capazes de distribuir os frutos do crescimento.

Desenvolvimento também é confundido com “progresso”, sobretudo nessas plagas em que progresso se relaciona à noção de ordem, o que deixa marcado no conceito seu inconfundível viés autoritário. Talvez por isso o país progrida ou cresça ampliando a desigualdade social, o que nos desaconselha a qualquer credulidade automática em relação aos frutos do crescimento econômico.

Em sua história republicana, o Brasil atinge a segunda maior taxa de crescimento no mundo capitalista, ainda que mantenha a desigualdade social e econômica em níveis abissais. Deste modo, os sentidos históricos do desenvolvimento e crescimento projetam saídas nem sempre democráticas e socialmente distributivas. Ao contrário, em determinadas conjunturas agravaram-se as condições de vida das populações, reforçando e piorando as características mais perversas do modelo econômico, social e político excludente do país.

1 Edson Miagusko é sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPGCS/UFRRJ, coordenador do Observatório Fluminense (UFRRJ) e pesquisador do Distúrbio (UERJ/UFRRJ).

Deste modo, um caminho fundamental para tratar do desenvolvimento é não reduzi-lo a mera discussão conceitual. Como poucos conceitos, o desenvolvimento está associado a projetos e sujeitos políticos presentes em momentos chave da história brasileira. O termo é vago para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e desafios do desenvolvimento nacional das economias latino-americanas enredadas num circuito perverso de dependência e subdesenvolvimento. No caso latino-americano, o problema da desigualdade social e da integração nacional estão no centro desses dilemas.

Em termos históricos, nos anos 1950 e 1960, o nacional-desenvolvimentismo encarnou em diferentes forças na sociedade brasileira e plasmou um conjunto de sujeitos que, por interesses diversos, ora se aproximavam, ora se distanciavam da constituição de um bloco de forças que tinham um antagonista externo, o imperialismo, e um campo de forças cujos sujeitos também disputavam, com a presença de militares, sindicatos, sindicalismo rural, intelectuais e a tecnocracia estatal.

O desenvolvimentismo foi uma arma das forças econômicas e sociais que, no momento de cristalização das estruturas de uma economia de mercado e uma sociedade burguesa, buscavam construir instrumentos para controlar o capitalismo, subordinando-o aos objetivos da sociedade nacional.

O golpe militar de 1964 interrompeu e fechou esse caminho, instaurando a ditadura do grande capital baseadas no tripé: Estado, capital internacional e capital nacional. Do nacional, popular e desenvolvimentista só restou o desenvolvimentismo como modernização econômica conservadora, levada a cabo de modo ainda mais intenso pelos militares e pela tecnocracia estatal.

O capital internacional, no período da ditadura civil-militar, deixou de ser visto como empecilho e se converteu em condição do desenvolvimento, ampliado ainda mais no ciclo neoliberal que implementou os processos de desregulação econômica, flexibilização do trabalho e privatizações. Nesse aspecto, o texto de Fernando Henrique Cardoso, antes mesmo do sociólogo pedir para esquecerem o que escreveu, confirmou a resignificação do termo, apontando a necessidade de harmonização entre os dois pólos antes antagônicos: capital internacional e desenvolvimento. O presidente implementou como projeto aquilo que o sociólogo havia percebido e criticado.

Neodesenvolvimentismo

O tema do desenvolvimento reapareceu nos últimos anos, sobretudo a partir de um conjunto de políticas desencadeadas durante os governos Lula e Dilma. O termo retorna ao debate a partir de uma tentativa de elaboração de um conjunto de economistas e intelectuais próximos ao governo, de construir uma concepção alternativa ao ciclo neoliberal anterior procurando um ca-

minho entre duas disjuntivas: Estado forte e mercado fraco ou Estado fraco e mercado forte. O caminho alternativo seria a constituição de um Estado forte que estimularia o florescimento de um mercado forte.

Em termos mais estritos, para se diferenciar do desenvolvimentismo anterior esse projeto se autodenominou como “novo desenvolvimentismo”. Duas características principais se associaram: retomada do papel do Estado e do crescimento econômico a partir da ampliação do mercado do consumo de massas.

O termo ganhou força no debate porque ocupou um lugar nas particularidades da política e da economia brasileiras a partir da metade dos anos 2000. No segundo mandato de FHC a polarização entre monetaristas e desenvolvimentistas foi a ilusão necessária para nomear as disputas no interior do governo sobre a prevalência do câmbio supervalorizado e dos rigores fiscalistas em contraposição àqueles que defendiam uma política menos ortodoxa. Dado o resultado dessa política, logo se viu que a disputa nascia morta. A crise cambial e a tutela do FMI não puderam camuflar a fraqueza do Estado brasileiro diante do capital financeiro e jogou por terra o debate sobre qual desenvolvimentismo se ensaiava.

No segundo governo Lula o termo foi revigorado, pois se tratava de uma conjuntura diferente. Nos últimos anos, esse desenvolvimentismo ganhou peso, associado a uma versão do Estado como indutor do crescimento a partir do aumento do salário mínimo e de estímulos ao consumo numa ponta e na outra, como patrocinador da reconstrução do empresariado nacional em seus desejos de internacionalização. Para tanto, a função do BNDES como financiador desse “capitalismo nacional” consolidou-se de vez.

Desenvolvimentismo nessa concepção está relacionado ao papel protagonista do Estado, mesmo que nem sempre seus arranjos sejam necessariamente estatais. Aliás, uma distinção utilizada por quem contrapõe esse desenvolvimentismo ao projeto anterior, de caráter neoliberal, é destacar o protagonismo do Estado. Os defensores desse desenvolvimentismo o diferenciam a partir do papel cumprido pelo Estado e de sua capacidade para estimular um mercado forte. Trata-se, no entanto, de comprar o discurso como fato e não como ideologia e de colocar a questão no lugar errado. O neoliberalismo, ao contrário de sua própria ideologia, não prescinde do Estado, mas o reforça, utilizando-o com a finalidade de expandir o livre mercado para setores em que sua presença é menor ou ausente. O paradoxo é a exigência de grande intervenção estatal para criar mercados livres e levá-los para áreas em que antes não existia. A crise imobiliária em 2008, que teve como epicentro a economia norte-americana e a crise das dívidas soberanas da União Européia, em 2009 e 2010, demonstrou que a relação entre neoliberalismo e Estado é complementar, sobretudo quando se trata de intervir para proteger esses mesmos mercados que exigem que o Estado não intervenha. Deste modo,

não se trata de contrapor o novo desenvolvimentismo e o neoliberalismo do ciclo anterior a partir do Estado. A questão fundamental é: para quem serve esse Estado, quais suas práticas, suas linhas de ação e força, ou seja, para quê e para quem ele age?

O mal estar do neodesenvolvimentismo

O Estado neodesenvolvimentista buscou operar numa conjuntura de altos preços das *commodities* agrícolas e minerais alavancadas no cenário internacional pela expansão da China e que favoreceu o modelo extrativista exportador, mas também permitiu manter determinadas políticas sociais que, mesmo sem contradizer o modelo anterior, permitiram alguns ganhos no acesso ao consumo do outro lado da pirâmide social.

Essa conjuntura também propiciou um conjunto de investimentos estatais em obras de infraestrutura. A descoberta do petróleo no pré-sal só reforçou esse clima de euforia e crença, em que os mais otimistas apontavam um novo ciclo de desenvolvimento da economia brasileira. Em termos políticos, a governabilidade foi mantida e aprofundada numa lógica que poderíamos denominar como um “governo sem inimigos”, que não precisava fazer escolhas sobre quem ganharia ou perderia nesse ciclo, sob a ilusão de que todos poderiam ganhar, optando por arbitrar os conflitos a partir de uma enorme base política que juntava setores socialmente divergentes.

Mesmo a crise financeira mundial de 2008, que poderia afetar o sentido desse desenvolvimentismo, apenas a reforçou. A resposta do Brasil e a continuidade das políticas econômicas mostravam que as coisas iam aparentemente bem. O *tsunami* da crise econômica mundial chegou ao Brasil como uma “marolinha”, que não se fez sentir no momento em que seu epicentro se desencadeava nas economias dos países capitalistas avançados.

Não se rompia com o neoliberalismo do ciclo anterior que exigiria um alto grau de conflitividade social, cujas consequências nem o governo e nem sua base social estavam dispostos a assumir. No entanto, nos territórios nos quais esses projetos se instalaram esses conflitos apenas se ampliaram e podem ter mudado não apenas os próprios territórios, mas sobretudo o chão dos próprios conflitos sociais.

Esse modelo, intenso no uso de recursos naturais e emissões de CO₂ e poluentes, prevaleceu nos últimos anos. De certo modo, essa foi uma das características de continuidade do ciclo anterior, de busca de inserção do país no mercado internacional e que tiveram papel preponderante no equilíbrio da balança comercial brasileira.

Por outro lado, se agravaram as consequências sociais e ambientais, como a destruição das paisagens, o deslocamento compulsório de pessoas pelo terri-

tório e os conflitos cada vez mais acirrados com populações indígenas, comunidades rurais e ribeirinhas, pescadores, quilombolas que, num primeiro momento, foram os principais afetados pela implantação do projeto. Sem-terra, sem-teto, indígenas, pescadores, peões, populações ribeirinhas foram aqueles que mais sentiram na pele os impactos desse modelo.

Como os grandes projetos de desenvolvimento necessitam de amplitude na escala para serem competitivos internacionalmente, sua implantação é realizada no interior do país em comunidades rurais que são removidas de suas propriedades e no caso do petróleo em pleno mar, destruindo modos de vida que, longe de serem apenas as consequências laterais do modelo, são a essência de sua lógica predatória. Em termos de recursos naturais esses projetos exigem grandes quantidades de água, o que geram ainda mais conflitos.

Visto desse prisma, o novo desenvolvimentismo aprofundou as desigualdades. Braudel dizia que o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado. E o retorno e o peso dos grandes projetos de infraestrutura parecem dar razão ao historiador francês. A proposta desse novo desenvolvimentismo é competir nos marcos do capitalismo global, mas com mais soberania dos Estados. Deste modo, propõe fortalecer o Estado, mas não diz com quem, para quem e para quê?

No âmbito da política, o desenvolvimentismo entra em questão quando não consegue manter as taxas de crescimento econômico anteriores, ao mesmo tempo em que precisa executar as promessas do início do ciclo anterior. Quando o Estado deixa de ser o árbitro e os conflitos se transferem para a sociedade civil, no sentido originalmente empregado, de espaços de interesses privados, a questão que se coloca para o prosseguimento deste projeto é a escolha daqueles que continuarão ganhando e de seus possíveis perdedores.

Trata-se de um desenvolvimentismo anacrônico. O tema forte não são os conflitos necessários para a implementação de outro projeto. O tema forte é o desenvolvimento da ordem burguesa e o projeto de fortalecimento do capitalismo brasileiro como se suas amarras fossem as raízes fundamentais de nossa dependência. Nesta acepção, a origem de nossos males estaria mais na falta de capitalismo que em sua presença.

Numa espécie de fordismo tardio, o neodesenvolvimentismo repete os erros do passado, propondo um modelo com medidas mais vagas e desfibradas que o nacional desenvolvimentismo dos anos 1950. Ao deixar de lado o conflito de classes e a questão do poder, esse neodesenvolvimentismo abandonou a dimensão transformadora e se transformou numa ideologia tecnocrática. Como afirmou José Luis Fiori, “é uma esquerda que aprendeu a navegar, mas que perdeu completamente a bússola”.

De certo modo, o neodesenvolvimentismo buscou combinar a manutenção da ortodoxia econômica neoliberal do ciclo anterior, ganhos no consumo para as camadas populares e investimentos em grandes obras de infraestrutura

ra. Mas é inegável apontar que as bases do ciclo neoliberal anterior no sentido de sua institucionalidade não foram rompidas. O Estado, diferente dos anos 1990, assumiu maior protagonismo mas não anulou e sim, sobrepôs as políticas, o que fez com que algumas características do modelo fossem até mesmo ampliadas. Podemos dizer que uma das condições do modelo extrativista é sua condução por governos progressistas que sabem lidar melhor com a resistência social. Um dos elementos chave para a implementação do modelo é aplacar as conflitividades sociais, fundamentais para construir novas formas de governabilidade que aplaquem e incorporem as resistências ao modelo nos próprios territórios.

Deste modo, algumas tendências que se apresentavam foram reforçadas. O neodesenvolvimentismo estreitou tanto seus horizontes que se transformou numa ideologia tecnocrática sem a força política e mobilizadora que esse projeto teve quando podia encarnar em certos sujeitos sociais.

Num momento de crise desse projeto, como agora, as linhas de força e de conflito aparecem de modo mais claro, a política retorna e exige escolhas do modelo. Nesse caso, podem aparecer novos conflitos e sujeitos gestados a partir do esgotamento do modelo. Novos agentes surgiram no centro político dos conflitos atuais gerados pela implementação desse modelo neodesenvolvimentista. Dialogar com possíveis resistências que surgem e surgirão no calor desses processos deve ser uma importante tarefa de um processo cartográfico que identifique no calor do momento a constituição desses sujeitos.

Referências Bibliográficas

BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CARNEIRO, R. DE M. Velhos e novos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, v. 21, p. 749–778, 2012.

FIORI, J. L. O desenvolvimentismo de esquerda. *Valor Econômico*, 29 fev. 2012.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HARVEY, D. *Breve historia del neoliberalismo*. Madrid: Akal, 2007.

SAMPAIO JR, P. DE A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. soc. soc.*, n. 112, p. 672–688, 2012.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, 2007.

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

Desenvolvimento, violência e racismo no Brasil¹

Maria José Pacheco²



Porto do estaleiro Jurong que produzirá
navios-sondas para exploração de petróleo
Barra do Riacho/ES - Verena Glass

Os conflitos ambientais em áreas pesqueiras são muito fortes, e podem ser muito bem ilustrados pela percepção de uma pescadora jovem e negra: “nesse modelo de desenvolvimento, sentimos que são dois mundos que não dialogam, o nosso e o deles”. Para garantir o poder deles, o tempo todo tentam nos desmobilizar. Com a chegada dos empreendimentos em nossos territórios nos tornamos prisioneiros nas nossas próprias casas – isso é um elemento forte que já explicita muita coisa.

O pano de fundo desse modelo de desenvolvimento – violento, racista, machista, discriminador, exterminador, desterritorializador – está na própria formação na sociedade brasileira. A sociedade brasileira constrói-se sob a lógica da exploração dos recursos naturais e das pessoas para fora e para o enriquecimento de poucos. Começa assim a história desta nação, a história recente. Para dar lugar a essa exploração é preciso negar e exterminar o diferente, afirmando que tudo que é diferente não serve e que é preciso superá-lo. E, nesta perspectiva, ideias e elementos simbólicos servem para reafirmar o extermínio do diferente, sendo um deles a religião. A ideia do cristianismo como verdade é reiterada e marca a lógica do discurso do desenvolvimento, de tudo que decorre disto e está colocado aí. Quem tem a verdade tem o modelo “certo”, tudo o mais é incorreto, tem que se adequar e se adaptar. Os conceitos de desenvolvimento, de avanço do moderno sobre o primitivo sempre marcaram a sociedade brasileira, é como se o “primitivo” a gente pudesse eliminar para dar lugar ao “progresso”. Essa lógica é sempre imposta e é sempre utilizada. Aciona-se a lógica de conhecimento – de um determinado conhecimento, de uma determinada ciência eurocentrista, o conhecimento acadêmico, o conhecimento científico – e, a partir desta lógica, é que se confronta o outro tipo de conhecimento – o tradicional, o ancestral – e, este nosso conhecimento sempre é dito menor e menos valorizado.

-
- 1 Texto editado a partir de comunicação apresentada na Oficina “Conflitos socioambientais e resistências: construindo territórios de utopia”, realizada em Olinda/PE, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2014, que contou com a participação de mulheres e homens, de Pernambuco, do Ceará, do Espírito Santo, do Pará e do Rio de Janeiro.
 - 2 Maria José Pacheco é secretária executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

A chegada dos projetos de desenvolvimento utiliza-se também da cooptação, da troca e da sedução das pessoas, e desde o início, apresentam-se através de subterfúgios nas nossas comunidades. Utilizam-se da divisão das comunidades, sempre tentando nos arrancar de nossa identidade e nos puxar para a visão de mundo deles, dando muito pouco em troca. No final, vemos o arrependimento nas comunidades, algo que só se sentirá mais tarde, quando não dá mais para reverter. E isso foi sempre baseado no extermínio da população já existente, das comunidades pobres, da população indígena; e, também, na lógica do escravismo. Há quem diga que a escravidão é uma coisa da natureza e da essência, mas a escravidão é uma coisa historicamente introduzida. O escravismo é imposição. O escravismo perpassa a sociedade brasileira, gerou o racismo e o racismo continua imperando na sociedade brasileira. Nós vivemos sob esta lógica do racismo, introduzida pela sociedade escravocrata. Essas são as bases deste modelo e sua marca identitária, a marca destas relações. O escravismo e o racismo marcam as violências e o discurso do desenvolvimento até hoje.

Esse modelo de desenvolvimento confronta-se com outros modos de vida, o tempo inteiro e na atualidade. Numa sociedade como a brasileira – uma sociedade extremamente diversa, nós somos um povo com uma natureza da diversidade em modos de vida, de costumes, de cultura, de ancestralidade, de trajetória, de história, de territórios, diversidade da natureza, da fauna, da flora – somos sempre subjugados com base nesses pressupostos que falamos antes. Sempre foi construída nas nossas cabeças uma ideia submissa, subserviente e de baixa autoestima; de que estamos em atraso em relação ao que é próspero. O dito próspero sempre foi o território europeu, nós somos o atraso e só vamos conseguir nos redimir quando a gente chegar perto do que é a Europa, do que é a América do Norte. Esse é outro sentimento construído e que está presente desde o início, marcado por um pensamento religioso, com a ideologia de que tem a verdade, tem o que é certo e tem o que é desenvolvido. Isso marca até a esquerda brasileira.

Há bem pouco tempo, muitos de nós não estávamos discutindo *justiça ambiental*, nós tínhamos nosso discurso de que o desenvolvimento no Brasil era a industrialização. E isso ainda permeia a maioria das lideranças partidárias da esquerda brasileira: para existir o desenvolvimento, a gente precisa industrializar, as pessoas têm que se tornarem trabalhadores, têm que se inserirem no mercado de trabalho, elas vão se confrontar com as injustiças e, se confrontando com as injustiças, elas vão se rebelar. Esta construção marca muito a lógica da esquerda. Então, a esquerda chega ao poder, mas ela tem a mesma visão capitalista, desenvolvimentista a partir da industrialização. E assim, deixa de olhar para a própria característica do Brasil – um país diverso, com culturas diversas, com modos de vida diversos, uma forma diversa de viver e se relacionar o mundo, de viver felicidade.

Junto com isso, desde lá, o preconceito e o estigma aos quais somos submetidos todos nós: os indígenas chamados de preguiçosos, indolentes; os negros escravizados chamados de feios, preguiçosos, burros. Quantas construções, não é? Mais recentemente, somos as populações periféricas ou as comunidades tradicionais: “você são atrasadas, são feias, analfabetas, o que você sabem não é conhecimento”. Esta construção ideológica está presente desde a industrialização. E só mais recentemente, alguns de nós começamos a nos desvencilhar dessa lógica como única possibilidade de desenvolvimento no país. Tanto na elite como também na população e nos movimentos sociais segue ainda a ideia de um modelo industrial com uma perspectiva de desenvolvimento. E isso faz a nossa luta, às vezes, ser muito mais tímida porque carregamos a culpa de ir contra o desenvolvimento, a culpa de estar contra o impossível.

Desde este modelo urbano e industrial, a sociedade estabelece dicotomias, divide para depois classificar, e classifica inferiorizando: homem-mulher, civilizado-natural, sociedade-natureza, civilização-natureza; branco-negro; rico-pobre; produção industrial-natureza. E assim, valoramos esse modelo urbano industrial e o desenvolvimento. A vida vivida perto de natureza, vida que se constrói a cada dia, essa opção é tomada como preguiça. Nesse modelo de desenvolvimento que é construindo em cima da noção de falta de tempo, são tecnologias e equipamentos, é o trânsito, tudo isto é tomado como indicadores de desenvolvimento. E isto nos marca ideologicamente por dentro; até nós lutadores sociais estamos marcados por isso.

Os movimentos ambientais, ali no período da luta do Chico Mendes, questionaram essa perspectiva de desenvolvimento, mostrando como ela é destruidora. Mas com o passar do tempo, o capitalismo se reorganizou, agregando ao discurso a dimensão ambiental e social. Com isso, promove uma paulatina desqualificação da concepção que propunha romper com a lógica da sociedade urbana industrial capitalista. No lugar de lutar contra a degradação, um grande contingente de ativistas alia-se a esses que eram oponentes, na busca por algumas soluções para os impactos ambientais. Neste sentido, as políticas ambientais aparecerem e confundem, e também estruturam e justificam a “responsabilidade ambiental” das empresas sob argumento de que as empresas destroem, mas ao mesmo tempo, cuidam e financiam projetos. É aquela cooptação lá que disse antes, que vem desde a fundação da nossa sociedade moderna.

Alguns grupos ambientalistas também foram substituindo a estratégia de confronto por uma atuação “em parceria”, numa lógica submissa e de mercado. No Brasil, nos últimos tempos, e também operando o projeto da esquerda, o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) retomou grandes projetos de infraestrutura necessários para o desenvolvimento e para o escoamento do capital, obras que foram iniciadas na época da ditadura militar. Projetos aos quais havia bastante resistência e que foram retomados com toda a força por

esta tradição de governo de esquerda, que encontra na sociedade brasileira, e nos movimentos sociais uma dubiedade sobre como se posicionar em relação ao desenvolvimento. “Eu falo ou não falo? Se eu falar, pode ser que coloque em risco a democracia, se eu falar vou pra direita”, colocam isso pra gente. E falam isso diante desse modelo do PAC, um modelo extremamente violento e de subjugo de recursos públicos ao desenvolvimento do capital. Há toda a gama de recursos públicos para viabilizar o capital, então é muito vantajoso para ele. Têm umas teorias e discussões que afirmam que se o governo fosse da extrema direita, talvez esse modelo de desenvolvimento estivesse bastante mais aguçado. Porém, a opção que esse governo de esquerda fez, que ganhou de novo a eleição agora, é de vender a natureza, vender os recursos naturais.

E com a venda da natureza, de recursos naturais, como ficam as populações que vivem no entorno delas ou que precisam delas para sobreviver? Aquelas mais vulneráveis, as comunidades tradicionais e as comunidades urbanas que têm vulnerabilidade, elas estão juntas e estão sendo vendidas juntas. E o Brasil se coloca para esse modelo de desenvolvimento de uma forma submissa, na lógica de exportação de *commodities*, quer dizer, de matéria prima, de coisas que outros países não querem se colocar.

No momento de ascensão e de resistência das comunidades, no Brasil estabeleceu-se legislação e políticas públicas ambientais: o processo de licenciamento ambiental, programas de mitigação e compensação, as propostas de zoneamento ecológico, os direitos das comunidades tradicionais. Mas tudo isso, atualmente, tem se tornado um entrave para o dito desenvolvimento, que se utilizou dessas ferramentas para nos acomodar, nos institucionalizar. Temos espaço para as audiências ambientais, as audiências públicas e as apresentações dos impedimentos. Acreditávamos que aí era o espaço para reverter e derrubar os projetos de desenvolvimento, porém esses espaços foram tornando-se viraram espaços de definição, de legitimação dos projetos. E mesmo nesses espaços, que são espaços travestidos, o método foi considerado como entrave ao desenvolvimento, entrave a esse modelo de desenvolvimento. Vivemos um momento na sociedade brasileira de um retrocesso dos direitos. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário estão revisando conquistas históricas que a sociedade brasileira conseguiu com muita luta, com ampla mobilização da sociedade militante. O Estado brasileiro traz algumas ações e políticas aos pobres da periferia e às comunidades tradicionais, mas age de forma contraditória. Por um lado, viabiliza estruturalmente, politicamente e legalmente a destruição e a degradação dos territórios; e por outro lado, implementa políticas conservacionistas que também expulsam as populações de seus lugares. Essas populações são apagadas duplamente: ou na lógica da destruição total, ou na lógica do conservacionismo, que são ilhas para justificar a destruição geral. De um jeito ou de outro, nós somos atingidos para justificar e dar lugar a esse modelo de desenvolvimento implantado, que, como já foi colocado, é

violento e excludente. Assim, os conflitos ambientais são distribuídos, mas os ganhos são concentrados. A degradação, o conflito, a violência atingem todos nós, atingem amplamente a população. Mas os ganhos desse desenvolvimento são concentrados, esse lucro fica com poucos. O desenvolvimento estimula a destruição e destrói a identidade, vai contra os grupos de identidades diferenciadas. A lógica da dinâmica territorial empresarial é de transformação do espaço em unidade privada de produção. Por isto, o nosso território que é território de vida, que é território coletivo, que é território onde a gente reproduz a vida, ele é visto apenas como unidade de produção, que deve servir ao mercado. E, pra vê-lo assim, precisam de fato apagar nossa memória.

Eu acho que a gente precisa desconstruir pelo menos três ideias. Uma delas é a de que nós podemos prejudicar o desenvolvimento. Essa ideia de que o desenvolvimento é uma perspectiva de distribuição e de inclusão das pessoas, que esse modelo de desenvolvimento ele vai incluir as pessoas, que vai gerar renda, a gente precisa desconstruir isso. Porque desconstruindo isso a gente vai reforçar nossas lutas e vai ter mais força pra lutar contra isso. Outra coisa é a de que não é possível parar o desenvolvimento porque ele é extremamente forte. Essas duas ideias, elas se combinam. Os empreendimentos têm chegado e eles têm gerado uma revolução de miséria naquelas comunidades que tinham uma vida melhor antes da chegada das obras. No pós-empresamento essas comunidades não passam a ter vida melhor, elas passam a ter vida pior. Vida com violência, vida com mais fome. No processo posterior a instalação do empreendimento, os moradores das comunidades perdem aquilo que foi prometido como o “ganho” da vinda da empresa, ele volta a viver no seu próprio lugar de vida. Porém, ele percebe que aquele ritmo é ruim, se sente diminuído, vivendo em um lugar degradado e com sua identidade já extremamente operada. Não gerou desenvolvimento para ele. E nesse sentido eu queria desafiar vocês. Onde foi que se plantou um empreendimento e que a cidade ficou uma cidade bonita, onde as políticas públicas de saúde, de educação melhoraram, onde as pessoas tiveram urbanização da cidade, onde os jovens todos foram inseridos no mercado de trabalho? Vamos nos desafiar e encontrar onde isso aconteceu. Porque essa é a notícia que esses grandes projetos anunciam. Inclusive é uma chantagem, porque a ausência de políticas públicas é utilizada como possibilidade para que aceitemos a chegada dos empreendimentos. É o fracasso do Estado. O Estado diz “eu sou incapaz de políticas públicas. Eu só posso garantir se você aceitar meu empreendimento”. E mesmo depois do aceite, essas políticas públicas não vêm! E aquele povo, que tem alguma política pública no seu território, vai ter que dividir com outros que veem, porque muitos que veem de fora.

A outra ideia que precisamos desconstruir é de que esse recurso ele vai gerar imposto e esse imposto vai se reverter em políticas públicas. Não sei se vocês percebem: esse modelo implementado não faz com que esses investi-

mentos voltem pro Estado e que o Estado invista em políticas públicas. Cada vez mais, vemos a diminuição de recursos pra saúde, pra educação, porque esses recursos são reinvestidos de novo na própria máquina geradora desse modelo. Esses mesmos recursos servirão para financiar “projetos de utilidade pública”, para liberar terrenos dos estados, para garantir infraestrutura básica para que os empreendimentos se instalem, para os estados garantirem que a empresa não vá para outro estado, para isentar essas empresas de pagamento de imposto. Esse modelo, diferente do que ele diz, não gerar desenvolvimento. Só há essa possibilidade de geração de recursos para investir em políticas públicas, mas esses recursos não são investidos em políticas públicas, não vão pra educação, pra saúde, pelo contrário, são reinvestidos em infraestrutura para as empresas. Estimulam a corrupção, porque essas empresas estão no cerne do sistema eleitoral político, e esses recursos serão “investidos” nas candidaturas para que essas se comprometam. Essas candidaturas, na verdade, elas já recebem um cheque sem fundo, uma pré-determinação que será uma imposição sobre nós.

A última coisa que queria colocar: olhando pra esse processo – os impactos e conflitos desse modelo de desenvolvimento – o que está estabelecido na sociedade brasileira é uma guerra. É importante que nós reconheçamos isso, contrariando a falsa aparência imposta de que está tudo direitinho, que está tudo bem. Essa lógica com raízes também históricas de sempre maquiarmos a aparência nos faz não revelar a guerra política vivida no Brasil hoje. Nós vivemos no Brasil uma guerra, a cada duas horas morrem sete jovens entre 15 e 24 anos. Países que estão em guerra têm números menores que esse. Nós estamos em guerra, a população empobrecida está sendo eliminada, assassinada. São os jovens negros, mas também são os homens negros e as mulheres negras. Nas nossas comunidades nós estamos sendo expulsos, destruídos, criminalizados. As comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, pescadoras estão sendo violentadas politicamente, é alto número de indígenas assassinados, de quilombolas assassinados. Nós somos o país que tem mais gente da luta ambiental assassinada no mundo. Esse é outro ponto que a gente precisa reconhecer: nós vivemos numa situação de guerra.

O modelo de desenvolvimento em curso é marcado por uma lógica conservadora, por uma lógica homogeneizadora que quer destruir as identidades porque as identidades são resistentes. Elas são resistentes a essa lógica instrumentista, baseada numa noção eurocêntrica de construção de um movimento social. Estas identidades permitem ao sujeito fazer suas lutas. Permite que eu, ao me identificar no outro, no encontro com outros, possa somar. Então, não é possível fingir que estamos vivendo numa paz social, estamos vivendo uma guerra, e é esse modelo de desenvolvimento que a está provocando.

Entre ciclos de desenvolvimento

Entrevista com Beto Loureiro ¹



Fábrica de celulose da Fíbria,
instalada nos anos 1970
Barra do Riacho/ES - Gilka Resende

Anelise Gutterres: Desde a primeira vez que nos conhecemos, já expressamos nossa vontade de realizar essa entrevista. Na verdade não uma entrevista formal, mas uma conversa sobre a tua trajetória e os eventos que a compõe. Que tu pudesses falar sobre essa experiência “de dentro da fábrica” - que você conheceu muito bem - mas não só esta, também a experiência “do lado de fora”. Nós achamos a tua trajetória muito particular e muito importante, porque é difícil ter alguém que tenha essa experiência que tu tens, de conseguir acompanhar essas transformações ao longo do tempo. A gente estava agora mesmo falando de “ciclos de desenvolvimento”, de “um ciclo” que se encerra e outro que se inicia. Um deles você viveu como operário, e o outro você está vivenciando agora, como integrante da equipe de uma organização não governamental que questiona essa noção de desenvolvimento. Por essa razão, gostaríamos que você contasse algumas passagens da sua história para gente.

Beto Loureiro: Eu me formei em Mecânica, na escola técnica que hoje é o IFES². Na minha época, se chamava “escola técnica”. Eu era mecânico, não consegui emprego logo, fui trabalhar em banco e depois comecei como mecânico numa empreiteira da Vale do Rio Doce, fazendo manutenção. Nessa época, as empresas funcionavam 24 horas e trabalhavam em regime de turnos de revezamento, ou seja, elas tinham quatro turmas de revezamento, era uma carga horária enorme. Na Constituição de 1988, uma das conquistas dos trabalhadores foi a 5ª turma de revezamento. Na época, todas as empresas que tinham esse regime de trabalho tiveram que contratar muita gente

-
- 1 Entrevista realizada em 2014, por Anelise Gutterres e Joana Barros. Beto Loureiro é técnico da FASE Espírito Santo.
 - 2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, criado em 2008.

para implantar a 5ª turma. A Aracruz nessa época contratou, eu acho, 105 operadores. E se hoje em dia o “tchan, tchan, tchan” é você ter um curso superior, naquela época, se você tinha um curso técnico, você estava bem na fita, porque tinham poucas vagas para gente graduada. Por isso, quando eu saí da escola técnica, alguns colegas falaram “Pô, vou tentar fazer Engenharia”. E eu “Pô, mas técnico está bacana, né?”. Quando a Aracruz abriu as contratações, um dos critérios era ter curso técnico em Mecânica ou em Eletricidade. Aí eu consegui entrar.

Anelise: Se candidatou, tinha uma chamada?

Beto: Não. É um processo de indicação. Essa é uma das vantagens da iniciativa privada, os caras são muito mais ágeis. Reúnem os gerentes, os coordenadores e o supervisor e fala assim: “Ó, precisamos contratar 110 técnicos.” Procuram a galera de alguma coordenação e pedem indicações. E aí eu tinha um parente que trabalhava lá dentro e ele me indicou para uma entrevista. Você não faz concurso, você faz uma entrevista. Vai lá, apresenta o seu currículo. E foi coisa assim *vapt-vupt*.

Anelise: E você tinha quantos anos?

Beto: Eu entrei em dezembro de 1988 com 27 anos. Quando eu fiz 28 anos, eu já estava na fábrica. Morava em Vitória durante todo o ano de 1989 e mudei para o bairro do Coqueiral em junho de 1990, quando eles me cederam esta casa, onde estou desde então. E aí vocês imaginem entrar numa empresa com um alto salário, 11 mil trabalhadores, com um ambiente fantástico de trabalho, que já vinha da fundação da fábrica. Porque essa galera das antigas, essa galera que veio para cá, as crianças tratavam os mais velhos todos como tios e tias. Era uma grande família e a galera com muita grana. Todo mundo ganhando muito bem, fazendo o seu churrasco, fazendo as suas festas, vivendo bem e eu entrei nesse momento. Você fazia uma coisa errada dentro da fábrica e de cara todo mundo se protegia de fato. E a empresa também não ligava muito, porque ganhavam muito dinheiro. A Aracruz Celulose sempre foi um baita negócio. E esse povo que trabalhava na fábrica veio de vários lugares, ninguém tinha família aqui. Então, as relações de amizade e de vizinhança se tornaram relações familiares. E eu entrei nesse momento, aquela felicidade de estar chegando no auge.

E aí veio o governo Collor com toda... Acho que na época eles chamavam de “reengenharia”. As empresas começaram a repensar os trabalhos. E aí a Aracruz começou a mandar embora: ela demitia 300 por semana. Isso durou uns três anos. Toda essa relação familiar, de confiança e de irmandade que existia dentro da fábrica foi completamente destruída, porque os chefes

reuniam os trabalhadores de uma equipe de dez e falava assim: “Só tem lugar para cinco”. E só falava isso. Cara, era uma guerra de foice no escuro. E eu vendo isso tudo.

Nesse momento, já em 1992, eu me elegi para a Cipa - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E a Cipa - não só na Aracruz, mas em vários outros lugares - era aquele lugar que as pessoas iam para conseguir estabilidade. E eu fui também. “Agora eu tenho estabilidade”, pensava. E comecei arrumar confusão, comecei a denunciar os acidentes de trabalho que, a partir daí virou uma rotina, porque todo mundo queria mostrar que era melhor do que o outro. E tinha um serviço muito perigoso de fazer, que precisava tomar uma série de precauções, porém isso ia fazer com que a máquina demorasse para voltar a produzir. Foi por aí que eu entrei na Segurança do Trabalho. Eu sou meio neurótico com esse negócio de segurança até hoje.

Eu fui *cipeiro* desde 1992, porque você só pode exercer dois mandatos seguidos e depois você tem que pular um, mas tem um ano de estabilidade. Foi o que eu fiz: dois mandatos e fiquei um ano na estabilidade. Quando ia vencer o ano, eu me candidatei de novo. E ganhei de novo. Em 1998, teve outra eleição e os caras lançaram candidatura. Elegíamos para a CIPA um por área dentro da fábrica. O colégio eleitoral da minha área era 81 votos. E eu botei meu nome. O meu chefe, Helder, que tinha sido recém indicado para minha área, era um famoso destruidor de lideranças sindicais, tinha vindo da Usiminas. No mundo empresarial, tem gente de todas as funções. E tem gente que vai para dentro das empresas só para destruir as lideranças sindicais. Os caras dão lá um cargo de gerente para o cara, o cara vai, ele sabe administrar a parte dele e tal, mas a função dele, o que ele é cobrado, é fazer essa destruição. Ele lançou dez candidatos junto comigo. Nós éramos onze candidatos. Tinha um desses outros dez que era um colega da gente, o Aldecir, esse era o único que tinha se lançado, todos sabiam disso. Um cara muito querido e tal, ele era um candidato natural, eu era um candidato natural e os outros nove foi o Helder que colocou. O Aldecir entrou de férias um mês antes das eleições e eu falei assim: “Vou me eleger e vou eleger o Aldecir”. E fui de um em um, fazendo o mesmo discurso de sempre. E os caras tinham a maior confiança em mim e eu disse: “Cara, o negócio é o seguinte: se você tiver qualquer problema comigo, não vote em mim, mas vota no Aldecir. Porque Aldecir é um companheiro da gente que está botando o nome dele. Porque esses outros aí são pelegos e vocês sabem disso”. Eu tive 49 votos, o Aldecir teve 14, o principal candidato do Helder teve 11 e os outros tiveram 1 ou 2. Eu andava na fábrica e a galera me parabenizava “Pô, companheiro, você arrasou,

hein? Pô, companheiro, parabéns!”. Isso já em 1998, aí veio o Sapão³ me parabenizar e eu falei assim “Meu irmão, meu mandato não é só meu, não. O meu mandato é do sindicato também. Nós estamos juntos, vamos para cima”. E o Sinticel (Sindicato dos Trabalhadores Papeleiros e Químicos do ES) sempre foi também de confronto, a galera nunca teve acordo com eles. Aí, em 1999, eu entrei no sindicato. No meu primeiro mandato eu fui parar direto na executiva. Eu nunca tive e não tenho essa coisa do político, de que quando você está num cargo desses, você tem que ter aquele jogo de cintura, tem que amaciar um pouco. E eu não tinha isso.

Anelise: O Sinticel apoiou a Campanha “Contra o Deserto Verde” não é?

Beto: Sim, eu conheci o Ricardo Sá na época da faculdade, eu não estudava, mas andava por lá, ele é meu amigo dos anos 1990. Ele sempre tinha manifestado o desejo de fazer um filme sobre os impactos da Aracruz Celulose. Quando eu entrei no sindicato, cheguei até a pensar nisso, mas logo depois veio a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, e veio o Ricardo dizendo: “Pô, precisamos de um depoimento aí do sindicato”. Eu disse “Sapão, está sendo feito um filme aí contra a Aracruz Celulose e nós temos que falar”. Então, Ricardo gravou um depoimento. Foi lá que eu conheci o pastor luterano Emil Schubert e a Marilda Maracci que estavam gravando no mesmo dia.

Foi aí que o Sinticel entrou também no projeto da Rede, que nasceu com o filme. Porque éramos todos estranhos, ninguém se conhecia. A partir do filme, todos se conheceram. A Via Campesina, por exemplo, na época não existia, era o MST, o MPA; os pescadores aqui da Barra do Riacho; a gente do sindicato; o pastor Emil; um monte de gente. Aí rolou a caravana do “Cruzando o Deserto Verde”, e a gente fez o lançamento lá na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quando eu conheci o Marcelo⁴. Fizemos o lançamento lá em Caieiras Velha, a principal aldeia Tupiniquim. Fizemos também aqui na Barra do Riacho, onde exibimos o filme na pracinha. Aí a galera seguiu para o norte, lá para os quilombos e eu voltei. Foi neste momento que a Rede Alerta Contra o Deserto Verde nasceu e começaram as manifestações. Neste momento, os trabalhadores começaram a nos cobrar porque a gente assinava carta de apoio à luta indígena. Explicávamos que quando a Aracruz chegou aqui, tinha um monte de índios, mas as terras eram devolutas. Você podia requerer terras devolutas ao Estado para fazer agricultura. E o que a empresa fazia? Ela pegava os seus funcionários, que faziam o requerimento

3 Apellido de Joaquim Artur Duarte Branco, que foi diretor do sindicato desde sua fundação. Hoje ele faz parte da diretoria do Sinticel já que o sindicato não tem mais presidente único.

4 Marcelo Calazans é coordenador da FASE Espírito Santo.

de terra em seus nomes, pois o requerente tinha que ser agricultor “Ah, Luis Alberto Soares Loureiro é agricultor, Joana é agricultora, Anelise é agricultora”, depois “vendia” a terra para a Aracruz. Tudo orquestrado. E assim a Aracruz legitimou todas as terras com escrituras. O Sinticel, já havia assinado uma carta de apoio a devolução das terras indígenas, antes mesmo da realização do filme. Quando eu entrei o debate já estava estabelecido, mas somente entre alguns diretores, os demais não queriam saber de índios.

Em 2001 o presidente da Assembleia Legislativa convocou uma CPI para investigar a tomada de terra pela Aracruz e os impactos sobre o meio ambiente, e chamou a Rede, porque nós éramos os únicos críticos, e anunciou: “Vou fazer uma CPI, mas eu não tenho quem colocar”. A galera falou assim: “Nós temos”, e começou a indicar um monte de gente. Veio um monte de gente pra cá e fizemos o seminário. E o negócio começou a incendiar. Mas não tínhamos nenhuma prova contundente, foi aí que numa conversa com Sapão ele me disse: “Cara, tu sabes que nós temos todas as provas, né?” E aí eu perguntei: “Como assim?” Ele riu e disse: “Pô, você não é o tesoureiro, rapaz? Olha lá no cofre!” Na hora que eu cheguei no sindicato, eu fui direto na tesouraria. Quando abri a parte de baixo tinha um calhamaço de papéis. Ele disse “Isso daí é toda documentação de como a Aracruz se apropriou da terra dos índios”. As cópias eram dos requerimentos de terras. Aquela vez eu pensei: “Agora pegamos ela de jeito, porque eu nunca vi uma empresa poderosa tremer como ela tremeu naquela época. E como é que treme uma empresa poderosa? Quando ela sai do controle, quando você vê assim que os caras estão raivosos, porque esses caras são bem preparados. Mas tudo tem suas consequências, né? Em 2003, a gente perdeu o sindicato.

Joana Barros: Mas me fala uma coisa antes, a Rede nasce como uma Rede Contra o Deserto Verde. E, certamente, ela nasce contra aquilo que os trabalhadores queriam, que era ter emprego. Como é que era essa relação do sindicato com a Rede?

Beto: O Sinticel ele sempre foi muito diferente dos trabalhadores. Normalmente um sindicato, mesmo que um corpo de dirigentes seja mais combativo, ele vai ficando muito parecido com a categoria. E o Sinticel sempre foi diferente da categoria. Os empregados sempre foram muito conservadores e o Sinticel sempre foi muito combativo. A Aracruz tentou tomar o sindicato várias vezes e a direção sempre dava pau neles nas eleições.

Joana: E por que você acha que tinha essa postura mais combativa, essa característica?

Beto: Eu acho que foi uma ação política. Esse povo é do início dos anos 80,

quando nasceu o PT. Eram todos do PT. Todos sonhadores como todos nós. A galera queria transformar o mundo, então, não se deixava cooptar. Outra coisa que eu acho que também contribuiu muito era o fato da direção do sindicato ganhar bem. Você imagina um operário revolucionário ganhando muito e que em pouco tempo já está com sua casa, com a vida resolvida. A gente sempre ganhou muito bem. O sindicato nunca pagou salário para diretor. Mas da mesma forma que a gente estava falando que no ativismo socioambiental são muito poucos, dentro da fábrica também são poucos. Então, como eu falei, eram 24 diretores, tinha cinco ou seis que faziam a luta, mas os outros 19 ou 18 apoiavam. Antes de eu chegar, o sindicato já tinha assinado uma carta apoiando a luta indígena. Por isso, quando os caras me convidaram para entrar, eu pensei assim: “Ah, vou entrar nesse bando de malucos”.

Anelise: Eu queria voltar um pouquinho, antes de entrar nessa etapa da Rede, voltar para quando começam essas demissões, quando a empresa chamava dez funcionários e dizia que “Cinco vão ter que sair”. Como foi isso entre vocês? E quais eram os termos desse acordo, havia uma negociação, eram vocês que tinham que escolher quem é que ia sair?

Beto: Esse relato que eu faço das reuniões é porque as pessoas nos contavam. Eu não passei por isso. Nós éramos da operação, porque a atividade-fim da empresa não podia ser terceirizada, então da operação ninguém foi demitido. Então eu não vivi essa reunião. Mas a gente sabia que elas aconteciam. O lance da demissão acontecia pela terceirização de serviços, com a chegada dos computadores da administração, contabilidade, tesouraria. Departamento pessoal e as harvesters, que são aquelas máquinas que cortam e processam as árvores. Então foram estes três fatores que chegaram no mesmo momento, menos na operação. Então, como eu falei lá atrás, o clima virou um inferno. Esse momento que a gente está vivendo agora da PL 4.330 da Terceirização, isso a gente passou há 20 e poucos anos atrás.

Joana: Mas ali já tem uma incidência sobre a vida do sindicato. Estou pensando em outras categorias, por exemplo, os químicos, os bancários, vários que nesse mesmo tempo também estão num processo similar, as suas atividades também estão num processo de “reengenharia”. Todos os que não eram da operação, dessas várias categorias, isso também deve ter influenciado na ação desses vários sindicatos.

Beto: O sindicato representava 11 mil trabalhadores. Aí você pega 100 pessoas e diz: “A partir de agora vocês são vigilantes”, porque já tinha a função dos vigilantes. Mas os vigilantes eram funcionários da Aracruz Celulose, logo, eles eram da base do Sinticel. A partir do momento em que vigilante é terceirizado,

ele é contratado por uma empresa de vigilantes, o Sinticel perdeu aquela base. Também a limpeza, o pessoal do cafezinho, todos foram mandados embora e foram contratados numa empresa de limpeza. Isso também fragmentou o Sinticel, porque o Sinticel perdeu sua base.

Anelise: De acordo com o que tu nos conta, a base do Sinticel ficou quase só de operadores, é isso?

Beto: Tinha o pessoal da administração. Quando eu fui diretor do sindicato, nós éramos uns 1.300 trabalhadores e o Sinticel tinha 600 associados, porque não terceirizaram todos, teve muita gente da administração que continuou. E a empresa fazia o seguinte: mesmo aqueles pelegos, puxa-sacos da empresa, eles eram sindicalizados, porque a empresa impunha isso a eles para poder votar nas eleições. Então, todo mundo contribuía. E até que no final das contas, mesmo o mais pelego, que era puxa-saco da empresa, ele queria alguém que aumentasse o salário dele, porque a empresa não aumentava. A empresa não dava nenhuma graninha por fora. Então, quando o sindicato conseguia algum benefício, o cara gostava, mesmo que ele votasse contra a gente.

Anelise: Conversamos com outro antigo funcionário da Aracruz e ele nos falou que havia três empresas, a florestal, a industrial e a administrativa.

Beto: Eram três empresas, na verdade, quatro. Era a Aracruz Florestal, que foi a primeira a ser constituída, que tomou a terra, destruiu a mata e começou a plantar. Em seguida foi constituída a Aracruz Celulose. Na construção do Bairro do Coqueiral foi constituída a Santur, Santa Cruz Urbanizadora, que pertencia também à Aracruz. E logo em seguida, o Portocel. Ah, e mais uma coisa: nessa época, a Aracruz tinha também uma pedreira. Olha como era a lógica industrial nos anos 60: eles foram construir uma fábrica que precisava de pedra e eles montaram uma empresa e começaram a quebrar pedra. O pessoal ali do Bairro diz que se queimava a lâmpada da sua casa, você ligava e eles iam lá trocar a lâmpada. Muito doido. Eu só cheguei nos anos 90. Mas a Santur acabou durante esse processo de “reengenharia”. Eles acabaram com a empresa e venderam o bairro. E eu comprei minha casa nessa época. E foi muito barato, era direto com a empresa, descontava na folha. Eu fazia um dia de hora extra, e pagava a prestação. Então, assim sabe aquela coisa que você nem sente? Eu paguei em três anos.

Joana: A empresa também precisa se livrar do passivo, não é?

Beto: Tempos depois, eu acho que no final dos anos 1990, a Aracruz Celulose se fundiu com a Florestal. Eram CNPJ diferentes, depois se fundiram. E esse

processo de reengenharia atingiu gregos e troianos. Muitos coordenadores, supervisores e gerentes foram para a rua. É claro que os mais qualificados não ficaram exatamente no sufoco. Eles saíram e as outras empresas de celulose contrataram rapidinho. Uma coisa interessante que aconteceu também: o cara ganhava bem, conhecia um monte de coisas – até alguns podres da empresa e tal – e tinha um passivo trabalhista. “Agora nós vamos te demitir, fica tranquilo. Você vai ser contratado pela empresa que a gente vai contratar para ficar aqui, e o seu emprego está garantido”. Contratava o cara e ele continuava trabalhando na fábrica, ganhando menos, mas continuava empregado. Fizeram isso com muita gente. Dois anos depois eram demitidos. A gente alertava esses trabalhadores. O cara às vezes, tinha um processo para meter na empresa, de alguma coisa lá que a empresa não pagou, eu falei assim “Cara, tu tens dois anos só para meter o processo na empresa”. Vários foram demitidos assim. E aí não podiam mais processar a Aracruz, porque você só tem dois anos para reclamar algum direito trabalhista. Por que eles faziam isso? Por ignorância? Não, porque o sindicato ia para a porta da fábrica alertá-los. Engraçado como é que eles conseguem reaplicar o mesmo golpe infinitas vezes, em infinitos lugares.

Joana: Mas então agora conta para a gente como era essa relação do sindicato com a Rede.

Beto: O sindicato já tinha assinado cartas de apoio à luta indígena quando foi convidado para depor. Os caciques aqui tinham todo respeito pelo Sinticel. Nós éramos uma referência para todos os trabalhadores daqui. Todo mundo procurava o sindicato, até empregada doméstica procurava o sindicato. Tinha problema trabalhista, eles iam ao Sinticel. No nosso balcão, de cada dez pessoas que a gente atendia, umas sete eram de fora da base. O trabalhador nosso não ia lá, porque nós íamos à fábrica todos os dias. Como o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Celulose sempre foi, também e durante muito tempo, um sindicato de uma única indústria, todos os dias, absolutamente todos os dias quando os trabalhadores entravam na fábrica, o sindicato estava lá. Mesmo quando não tinha nada para fazer, estava lá, encostado num balcão, sacaneava um colega “E aí, Fulano, você tomou! Ganhamos de você ontem com um gol roubado”, “E aí, Fulano, beleza? Como é que está a família?”. Aquelas coisas, porque todo mundo se conhecia. Quando ele precisava de alguma coisa, ele abordava o diretor: “Pô, cara, estou precisando de uma documentação assim”. A gente atendia ali mesmo: “Ah, preciso da cópia do seu RG, da sua carteira de trabalho e do contracheque”. E aí no dia seguinte, o cara chegava com o envelope, entregava para a gente e a gente encaminhava lá. Então, lá no balcão do sindicato eram os outros trabalhadores. Nós não podíamos representá-los juridicamente, nós não podíamos colocar

o advogado do sindicato para atender esses trabalhadores, mas orientávamos. Às vezes, a gente indicava uns advogados de confiança para representar esses trabalhadores. Quando a terceirização, aconteceu a mesma coisa.

Engraçado, tinham coisas que eu tinha até esquecido. Legal assim essa prosa que eu vou recordando. A gente tem muito poucas – apesar da luta muito intensa, – a gente tem muito poucas conquistas. Mas elas são tão importantes. Teve um dia que teve um acidente na minha área, um trabalhador caiu de cima de um andaime sobre uma tubulação de vapor, com 300 a 400 graus. Ele se queimou muito seriamente, a ponto de, acho, comprometer os nervos da perna. Eu sabia quem era o pai dele e falei assim: “Pô, cara, como é que está o seu filho”? E ele falou “Está lascado. Ele foi demitido por causa do problema na perna”. E eu falei “O quê?” E partimos para cima. Conseguimos reintegrar o cara, a empresa teve que bancar o tratamento dele, resolver os problemas dos nervos dele, o cara voltou a andar normalmente. Anos depois, o pai dele falou assim “Pô, cara, vocês salvaram a vida do meu filho”. Nunca mais vi o cara. Mas, em algum lugar ele está... E ele lembra, ele lembra desses doidos aqui. É, muita história!

Anelise: Quando você começou a se interessar pelas formas de fazer política?

Beto: Eu comecei a gostar de política muito cedo, lá nos anos 1980. Eu trabalhava num banco e conversando sobre o assunto com um colega, já lia as coisas sobre comunismo e tal. Não entendia nada, mas já estava começando a entender, porque eu falei assim: “Pô, o patrão está me explorando” (risos). Fui buscar explicação, eu aprendi a tal da mais-valia. E falei: “Ah, é isso aí ó!” É isso que até hoje está aí imperando e as pessoas querem achar que não. E aí uma colega do banco, falou: “Pô, minha irmã é do Partidão [Partido Comunista Brasileiro]” e eu morava no Jardim da Penha e a Katia também. Na casa dessa vizinha funcionava um Núcleo de Dinamização Partidária (NDP), já ouviu falar? Era muito legal, tinha umas figuras, aliás, o Partidão tinha umas figuras muito interessantes, cara. Eu era um garoto, tinha 20, 23 anos. Na época davam uns documentos de quatro páginas para a gente ler, e eu dizia: “Será que para ser comunista tem que ler essa coisa?” (risos) E os caras liam, debatiam aquelas teses e tal. Quer dizer, quando eu cheguei na Aracruz, eu já tinha... Eu já votava no Lula, eu nunca fui filiado, mas era petista. Nas campanhas eu votava com o brochezinho do PT. Eu acho que todo mundo fez isso. E aí eu me filiei. Mas a gente sempre foi também muito independente do PT estadual. A gente nunca foi atrás de boca, nós não precisávamos de boquinha, sacou? Qual era o lance de um operário bem pago e com uma consciência política? Não precisava de boquinha. A gente não precisava se dobrar. Mesmo depois que eu fiquei desempregado, eu não me dobrei. Então, a gente ia para as reuniões, o Sapão ia para as reuniões do PT e olha numa época em que o PT era

oposição, hein? Mas aqueles desviozinhos lá atrás que começavam a sinalizar que a coisa poderia não ir por um bom caminho. Os caras vinham panfletar na porta da fábrica, ligavam para a gente. Quando a gente ia no diretório, era sempre uma referência, todos os sindicatos sempre tiveram muito respeito pela gente. E, enfim, é a galera que está aí até hoje, porque depois a turma reconquistou o sindicato. A pelegada ficou lá dois mandatos, roubaram R\$ 2,5 milhões do caixa. Mas daí a turma do Sapão voltou para lá.

Anelise: Mas o que aconteceu nesse meio tempo? Foi a Rede, o filme?

Beto: Eu acho que tudo isso misturado e mais uma grande pressão da empresa. Eu queria mostrar para os caras que a empresa era a vilã da história. Eu lembro de um trabalhador que um dia saiu da fábrica fulo da vida, passou na roleta e veio em minha direção. “Vocês têm que botar uma carta de repúdio pra essa CPI que eles estão convocando!” Aí eu no mesmo tom respondi para ele: “Meu irmão, acho que não tem que colocar carta nenhuma. E se você é um associado e acha que tem que colocar, eu também sou um associado e acho que não tem que colocar. Então, se tu quer carta, tu arruma mais voto para te apoiar”! O cara ficou mordido, virou as costas e pum, deve ter votado contra a gente. Acho que se fosse na época dos comunistões antigos e que a gente fosse fazer uma – como é que era? – autocrítica, né? Aí eu acho que eu ia me dar uma chicotada assim: “Pô, eu devia ter sido mais maleável” e tal. Mas éramos todos doidos. E a gente se manteve ali, não deixamos de estar na porta da fábrica nunca, estávamos sempre lá. Criamos um jornal de oposição e “pau” nos pelegos. Mas aí só fiquei um ano, porque depois desse tempo a gente foi demitido. Éramos 14 diretores e os outros dez deram o golpe. Aí dos 14, cinco foram demitidos, e os outros se seguraram lá dentro na Cipa e em outros lugares. Os golpistas ficaram dois mandatos, seis anos ao todo. Depois, nossa turma reconquistou o sindicato e está lá até hoje. É a nossa casa. Agora a Aracruz não toma nunca mais.

Só que agora com a terceirização, o Sinticel vai acabar, porque se esses caras começarem a mandar todo mundo embora, vai acabar. E outra coisa, depois de todo esse processo de demissão, sabe quantos sindicatos tinham base dentro da fábrica? Cinquenta e cinco. Tinha um cara lá que era dos rodoviários. Só tinha ele da base. Mas o acordo que ele seguia, era o acordo dos rodoviários. Então, tinham 55 categorias de trabalhadores. Como é que você organiza essas 55 categorias? Eu nunca tive dúvida nenhuma que esses processos de terceirização que continuam até hoje têm uma ideologia economicista, de tirar direitos e com isso extrair a mais-valia do trabalhador, mas tem também toda a ideologia política de desmobilizar os trabalhadores. E eles conseguiram os dois objetivos. Eles estão ganhando, extraíndo cada vez mais a mais-valia e ainda desmobilizaram as categorias.

Anelise: Fora da fábrica, você passou por outros movimentos? Ou não?

Beto: Eu não passei pelos movimentos da Igreja, e nunca me envolvi no movimento de moradores do bairro do Coqueiral. Como é que eu ia me envolver numa comunidade em que a reivindicação que eu mais ouvia é que a grama não tinha sido cortada? O bairro nasceu com rede de esgoto, rede de água, telefone, luz, posto de saúde, parquinho para as crianças, escola para os filhos, vigilância, um bar e até uma sauna na praia para os funcionários da Aracruz. Qual era a reivindicação? Qual era a bronca? “Ah, um tempão que não cortam a grama”! Pô, beleza, galera, mas não precisa de movimento de moradores para cortar a grama, né? Então, nunca me interessei. Eu tinha outras militâncias fora de lá, mas isso nem é militância, porque não era uma luta de conflito, de briga com ninguém. Eu participava de uma ONG com uma amiga que vivia com os Guaranis e falava Guarani. Lá, trabalhávamos com alimentação alternativa, natural. Na Aracruz minha onda era só o sindicato mesmo, só briga. Os índios, eu conheço também de antes do sindicato, da época desta ONG, que foi mais ou menos na mesma época que eu também comecei a descobrir essa história do roubo das terras. Aí, eu meio me transformei nisso que eu sou hoje. Saí da empresa, toda vez que ia ter formação de quilombolas, eu participava. Não eram todas, mas a galera sempre me ligava. Em 2003, a gente perdeu a eleição e em 2004 eu fui demitido. Eu saí da fábrica em 12 de abril de 2004, no dia seguinte que venceu minha estabilidade. A demissão aconteceu na segunda-feira às nove horas da manhã. Eu já tinha me despedido de todo mundo.

Anelise: E quando os índios ocuparam o Portocel?

Beto: Nós ficamos do lado de fora. Éramos seis quando os trabalhadores vieram. A porta do porto fechada, os índios lá dentro e a gente aqui do lado de fora. E o presidente do sindicato, instigando os dois mil trabalhadores que vinham em nossa direção, o trio elétrico atrás e ele instigando os trabalhadores. Eu estava sentado na grama com o Fabinho do CIMI e o Ronaldo do MST. Aí ele começou a gritar o meu nome e eu levantei do chão no meio da peãozada “sou eu!”. E um diretor do sindicato, um pelego safado, vagabundo, daqueles bombadões, veio em minha direção. Não me encostaram um dedo. E o cara instigando, instigando e ninguém teve coragem de encostar na gente. Tinha uma bandeira do MST na grade do porto, e aí um pelego foi lá e tocou fogo. Neste momento, o Ronaldo levantou no meio de todo mundo, foi lá no meio da peãozada, tirou a bandeira da mão do cara, botou no chão, apagou, levantou a bandeira queimada no meio de todo mundo “Bota fogo! Toca fogo aqui! Quero ver quem tem coragem de botar fogo nessa bandeira!”. E balançava a bandeira assim no meio de todo mundo ó “Bota fogo”! E os caras

foram afastando. E os índios lá dentro. Até que os trabalhadores invadiram o porto e partiram para cima dos índios, que tinham uns arcos e flechas, mas eu achava que era tudo para fazer cena. E aquilo funcionava, cara! Os caras atiraram! Não eram aquelas flechas que furavam, não, igual filme de apache. Mas, cara, dóia! Os índios começaram a meter flecha nos caras. E aí, na parte operacional do porto, tinha outra grade e os trabalhadores tentaram pular. Eram 2.000 trabalhadores do lado de fora e do lado de dentro tinham um 150 índios no máximo. Os caras tentaram pular a cerca e aí o pau quebrou. Para sorte nossa tinha uma tela entre a turba e os índios. Então, eles não conseguiram. Quando os trabalhadores invadiram o porto para desalojar os índios, eles entraram no armazém de celulose e picharam tudo. Se jogasse tinta nos fardos, eles tinham que voltar com tudo para a fábrica, porque o comprador não compra. E eles picharam tudo.

Antes você chegava na porta do porto e avistava o armazém e o navio. Eles mudaram todo o esquema por isso, e também porque veio o Terminal Aquaviário de Barra do Riacho, da Petrobras e eles tiveram que abrir espaço. Mas a gente via. Quando os caras entraram aqui, a gente olhava lá para dentro e via os caras jogando sacolas de tinta sobre o papel. Foi aí que a gente começou a ligar para todo mundo e chegaram representantes de Direitos Humanos, Claudio Vereza, do PT e, assim, não morreu ninguém. Quando deu o horário de bater o ponto, os trabalhadores foram embora para a fábrica. Foi um dia muito engraçado. Eles chegaram, bateram o ponto, foram lá para frente, marcharam da fábrica até o porto, invadiram o porto. Na hora do almoço entraram os carros da empresa de alimentação: lanchinho para a galera e tal. Passaram o dia lá, aí teve o momento do conflito, aí deu uma arrefecida, aí chegou a polícia e a turma do “deixa disso”, os deputados, e aí a galera foi lá, sentaram embaixo das árvores e tal, aí ficou aquele clima. Passamos o dia ali naquela tensão. Aí no final do dia, depois de uma negociação, os índios desocuparam o porto e a gente estava lá fora para recebê-los. Aí foi uma festa! Fora as manifestações de rua. De 2002 a 2007 foi a época áurea da Rede Alerta. A gente botava 1.200 pessoas na rua em manifestações em Vitória. Durante uns quatro anos a Feira do Verde não tinha abertura, a gente não deixava. A gente fazia intervenções radicais. E daqui a dois ou três anos, nós vamos ter força para fazer isso com as petroleiras.

Joana: E você quis em algum momento voltar para uma fábrica depois de sair da Aracruz?

Beto: Eu nunca me arrependi dessas coisas! Voltar para uma fábrica? Eu voltaria! Cheguei até a pensar, mas eu depois descobri que eu acho que devia ter alguma “listinha com nomes marcados” por aí. Eu cometi um grande erro, como trabalhador e profissional da minha área operacional, quando a Aracruz

contratou as cento e poucas pessoas para montar a 5ª turma de revezamento. Nessa turma, além do pessoal de operação, tinha também o pessoal de manutenção. Então, eu poderia ter entrado na manutenção mecânica ou na operação. Mas a orientação do cara que me indicou para os testes foi: “Na hora que te perguntarem se você quer ir para a operação ou para a manutenção, vá para a operação”. Mas depois quando eu fui demitido, eu descobri que eu não tinha profissão. Na indústria, eu sou operador de máquina desaguadora de celulose, mas só existe máquina desaguadora de celulose numa fábrica de celulose. Se eu tivesse entrado na manutenção mecânica, eu poderia trabalhar como mecânico em qualquer indústria, numa siderúrgica, numa oficina, em qualquer lugar eu poderia ser um mecânico. Eu pensei: “Sou operador de máquina... Nunca mais vou trabalhar em indústria”. Quando surgiu essa fabriqueta de papel higiênico, era uma máquina desaguadora de celulose pequeninha. Quando eu cheguei lá, eu falei que tinha trabalhado na Aracruz o cara falou: “O que, rapaz? Você não vai querer trabalhar para mim, não! O meu salário não chega nem perto do que você ganhava.” Eu disse que estava desempregado há seis anos. “O que você me oferecer, vai ser muito mais do que eu estou ganhando hoje”, eu disse. Mas só aguentei 45 dias.

Joana: Mas nesse tempo a Rede também dá uma arrefecida, não é?

Beto: Depois que a gente ocupou o porto, e de ter ocupado a fábrica, a polícia esteve lá e invadiu a aldeia de Olho D’Água, que tinha sido reconstruída, aquela violência toda e tal. Daí veio o processo contra a gente: eu, Emir, Marilda, Helda e outra companheira lá da UFES e o Jorge do MST. Quando a empresa fez o acordo com os índios, o tal do TAC, a gente já estava sendo processado. Os índios, empoderados que estavam, tinham combinado que assinavam o TAC, e que a empresa tirava o processo. Mas eles não fizeram isso. A empresa não tirou o processo e os índios não fizeram questão de nos defender. E aí assinaram o TAC e largaram a gente no processo. Quem foi nos defender? O Alexandre, um advogado maluco comunista daqueles radicais. O processo da Aracruz era assinado por dez advogados. Ele insistia com a gente, falando assim: “Cara, vocês têm que arrumar mais gente, precisa de mais gente para pensar, arrumem mais advogados!”. Mas quem? E eu falei “Pô, Alexandre, eu só conheço você de comunista, cara. Quem mais vai nos defender”? A Aracruz queria que a gente fosse impedido, tem um termo jurídico, o “interdito proibitório”, que eu não poderia me manifestar contra a Aracruz Celulose nunca mais. Tipo assim, um cala a boca definitivo. Na hora lá da audiência, a juíza querendo estimular um acordo, falou assim “Olha, o negócio é o seguinte: eu posso até abonar um acordo entre vocês, mas esse negócio de não poder falar contra a empresa nunca mais, isso não é da minha alçada. Eu posso dar liminar, eu posso abonar um acordo que limite a

fala dos réus ao município de Aracruz, que é onde eu tenho jurisdição”. Aí eu perguntei: “Podemos conversar”? Ela deixou, a turma toda saiu da sala – éramos seis e mais alguns poucos apoiadores. Eu argumentei: “Cara, o negócio é o seguinte: os índios fumaram o cachimbo da paz com a Aracruz. O único conflito que tem aqui com a Aracruz mais grave é o dos índios. Então, por mim, eu fecho o acordo”. Assim, fizemos o acordo, encerramos o processo.

Anelise: Hoje entrevistamos um pescador que disse para gente assim: “o pescador aqui é um aventureiro, é um herói, num lugar desse não é para ser pescador. Tudo conspira para você não pescar. Não tem mais peixe, a maré está toda modificada, aquela Barra cada vez mais assoreada, nem respeitam o pescador. Já foi, já faz parte de um passado, é um negócio assim de museu. Ninguém ensina mais a pesca, nenhum jovem quer pescar”. E ficamos pensando que o pescador dali, mesmo fazendo concessões, de uma forma passiva, ele está sendo combativo só por existir, por reivindicar o conhecimento e uma experiência desse mar, desse território na sua fala. Ele falou ali para a gente então de uma elipse. Desta forma, os pescadores são uma categoria que funda a Barra, que é importante, que está no imaginário de todo mundo, mas que está também se extinguindo. Agora tem a Marinha tentando removê-los, com essa área de risco na orla; começa a aparecer um monte de situações que nem mesmo essa existência ainda que diminuta, consegue resistir. Os pescadores não são novos, são senhores. Vão morar aonde? Vão morar lá para cima, longe do rio, se adaptar longe do mar? Você mata as pessoas assim.

Beto: É, você mata. Esse modo de vida está sendo destruído em toda parte. A gente começou a lidar com uma população tradicional que, bom, não vai acabar porque não acaba, mas os caras estão num momento muito tenso da história deles. O mar está sendo tomado.

Joana: Sem querer justificar a atitude dos índios, mas eu fico pensando se não tem, em certa medida, uma relação entre o TAC dos índios com a Aracruz com as compensações de hoje dada aos pescadores. Quer dizer, eles não cumprem a mesma função?

Beto: Nós estávamos falando ontem do lance da compensação e da reparação. A gente defendia que os índios não fizessem TAC com a empresa e cobrassem na Justiça a reparação e as compensações. Eu disse a eles que eles tinham dinheiro para receber pelo que já sofreram e pelo que ainda viria e virá. Mas o fato é que eles fizeram um acordo para receber uma grana que a Aracruz demorou uns quatro anos para depositar. E eu lembro de uma reunião com as lideranças indígenas, quando foi proposto o TAC. Quando eu tive oportunidade de falar eu disse: “Olha companheiros, eu tenho muito

pouca coisa a contribuir nessa luta de vocês. A única coisa que eu trouxe para essa Rede é o conhecimento que eu tenho das mesas de negociação com a Aracruz Celulose. Então, quando a Aracruz chamou vocês para assinarem um TAC, nesse momento, ela estava admitindo para vocês que ela perdeu. Porque a Aracruz só faz acordo quando perde e ela fazia isso constantemente com os trabalhadores. Dois, três dias depois chegava a decisão que o cara tinha ganhado o processo. Ela sabia antes e propunha os acordos. Então, a gente já estava acostumado. A gente sabia que ela só chamava para acordo quando ela perdia.”. Eu falei isso para eles, vocês estão lutando há 40 anos por essa terra. A gente ficou no processo, eles ficaram uns quatro ou cinco anos sem receber o dinheiro. Fizeram um estudo que definiu quais as áreas que seriam para a agricultura, quais tinham que ser reflorestadas, a preservação permanente. Aí ia para lá, a Aracruz olhava e voltava. Uns quatro ou cinco anos até botar a mão no dinheiro. Aí depois eles aprenderam o caminho. Depois foram lá e fizeram o TAC com a Petrobras, fazem TAC com todo mundo agora. Já devem ter um TAC com a Jurong e outro com a Nutripetro.

Joana: Mas eu acho que, do ponto de vista das empresas, a compensação é, de alguma forma, um cala a boca, não acha? “Ah, eu já dei dinheiro para vocês!” Mas eu acho que a reparação tem um quê de dignidade. Porque quando você fala em “reparar”, se fala em “construir algo” com aquela população. Você simplesmente não dá um dinheiro e cala a boca dela. Não. “Vamos reparar”. Há impactos, e há um desejo.

Beto: Eu acho que eu estou entendendo, faz sentido, já que quando você aceita uma reparação, não está se dobrando. Você está recebendo uma grana por aquilo que já foi destruído. Quando você recebe uma compensação, é porque alguma coisa ruim está por vir e você não vai poder reclamar. Vou pensar um pouco sobre isso depois.

Joana: Porque você repara, por exemplo, o termo é utilizado judicialmente assim “você repara a população indígena, você repara os negros”, a cota, por exemplo, é uma reparação, não é? Então tem um dever, na vontade de construção futura daquelas populações. Porque a reparação não necessariamente tem a ver com dinheiro. Tem a ver com reconhecimento e com dignidade mesmo, perante uma situação social que enxerga você como um pária, enxerga você como uma pessoa menos humana do que as outras. Porque as minorias, em geral, são vistas assim.

Beto: Eu acho que tem coisas pelas quais esses índios passaram que eu não ia querer reparação. Esses caras foram chamados de “lixo” pela Aracruz. Os caras botavam *outdoor* na cidade falando que os índios são o “lixo de Aracruz”. E eles vão lá e assinam um TAC, isso me parece muito estranho. É quase admitir:

“Pô, cara, eu sou lixo mesmo. Onde é que eu assino”? Eu nunca fui chamado de lixo. O máximo que eles me chamaram foi de “radical”. Aí radical eu acho legal.

Joana: Mas eles já são considerados lixos há quanto tempo? Você fala de 40 anos... De cinco anos, sabe? E o que são 300?

Beto: É verdade. Não foi nada de novo, não é? Tem uma única coisa interessante que eu lembro no TAC que, de repente, a Aracruz queria colocar no Termo de Ajuste deles que nunca mais haveria reivindicações de terra...

Joana: E como a Rede fica nesse momento? Ela vai sumindo, não é?

Beto: A gente teve esses momentos muito ricos. Depois que eu saí da Aracruz, participei de algumas atividades junto com a Rede. Teve um momento de mais intensidade, mas depois de 2007, 2008, eu dei uma desaparecida, porque eu já não tinha mais recursos. A grana era curta, não faltava nada em casa, mas também não tinha dinheiro para ir para Vitória participar de manifestação. Deve ter uns cinco anos que não acontece nada. Fora o aspecto da corrupção.

Anelise: Quem estava na Rede?

Beto: Olha, de organizações de massa: comunidades indígenas, comunidades quilombolas, MST e MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Essas eram as organizações de massa que mobilizavam a galera. Tinha também a Fase como ONG; um monte de professores universitários; a brigada indígena, que nasceu dentro da UFES; o pastor Emil e sua família. Esse grupo depois cresceu, foi para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e aí começaram a entrar um monte de entidades que eu não vou nem saber nominar todos. Mas aqui no Espírito Santo eram esses quatro movimentos de massa. Quando a gente fez o filme *Cruzando o Deserto Verde*, os pescadores deram depoimentos, falaram do problema da boca da Barra, que o rio foi represado, mas foi uma participação no filme, eles nunca estiveram com a gente. A questão dos pescadores não fazia parte da nossa pauta, não existia uma associação de pescadores na Rede Alerta Contra o Deserto Verde. A luta da Rede Alerta era da linha da costa para dentro. A única coisa que ligava o “para dentro” com o “mar” era a boca da Barra do Rio Riacho.

Na cidade tinha os representantes dos direitos humanos; os deputados do PT – quando o partido era de luta – e os deputados estaduais, que assinavam manifestos. No manifesto Contra o Deserto Verde de 2001, eu acho que tem 81 assinaturas de entidades e pessoas de peso. A minha nem está lá, porque não fazia o menor sentido lá “Beto” (risos). Muita coisa foi feita nesta época. E

quando é que isso acaba? Eu não sei apontar exatamente. O Marcelo tem uma tese, ele conhece muito mais esse mundo do que eu, e diz o seguinte: “Esse tipo de movimento, tipo o Fórum Social Mundial, eles não devem vir para ficar, porque eles têm uma missão a cumprir num determinado momento e depois têm que se extinguir, porque senão fica essa coisa se arrastando, que vai perdendo a força”. É como um jogador de futebol, você pode parar no auge ou pode parar depois que você está jogando num time da quinta divisão. E eu acho que com a Rede aconteceu algo assim, com o governo do PT, uma crítica que eu acho bastante pertinente, não é? Eu lembro que durante o meu período de desemprego eu fazia camisas para o MPA e participei de algumas manifestações fantásticas ainda da Rede.

Anelise: A Aracruz tem negócio em diversos locais do país, não é?

Beto: A Aracruz chegou em 1976. Quer dizer, 40 anos atrás. As pessoas que chegaram para trabalhar na Aracruz já tinham tempo de serviço. Então, a maioria está aposentada. Têm alguns poucos que continuam. Muita gente saiu daqui e foi para o Mato Grosso, porque as fábricas de celulose foram para lá. Eles vieram do sul para cá. Acho que a Riocell se expandiu nesse período em que eu estava na Aracruz, porque a gente ficava na Rede Alerta também acompanhando a expansão da indústria. A Riocell é em Guaíba, no Rio Grande do Sul, e tinha uma fábrica antiga. A única coisa que eu lembro da fábrica da Riocell é que ela foi fechada nos anos 70 por causa do fedor. O nome antes era Borregaard, depois virou Riocell, que pertenceu à Aracruz Celulose, quando ela estava no seu momento de expansão. Em 2008 ela quebrou, faliu. Nessa altura eu acho que a VCP já tinha comprado a parte do Banco Safra. E já estava em negociação com o Erling Sven **Lorentzen** (fundador da empresa com as bênçãos dos generais) para comprar a parte dele. E no meio dessa negociação houve a crise de 2008 e aí a Aracruz faliu. Mas o Antônio Hermínio bancou o acordo anterior à queda das ações da Aracruz na Bolsa de Valores. Eu também não sabia, mas na Bolsa existe um mecanismo de proteção, se as ações da sua companhia começarem a cair muito rapidamente elas são bloqueadas, você não pode nem vender, nem comprar. As ações da Aracruz foram bloqueadas na Comissão de Valores Mobiliários. As ações pararam de ser negociadas, porque o preço desabou. Você imagina o seguinte: uma empresa de celulose aqui no Brasil – no Brasil não, na América Latina, na África, no sul da Ásia, eles plantam esse eucalipto que agora vai ser transgênico, e os caras vão cortar uma árvore – que hoje precisa de seis anos – com três anos. Lá no norte da Europa precisa de 70 anos para cortar uma árvore.

Antes de eu entrar no sindicato tinha um economista ligado ao Dieese ou à CUT aqui no Espírito Santo, que assessorava o Sinticel, trazia os números

que deveriam ser usados nas negociações. Nessa época, a Aracruz divulgava o custo de produção: US\$ 130 a 140 para produzir uma tonelada de celulose. E nessa época ela já vendia a mesma tonelada por US\$ 700/900. Quer dizer, eles superfaturavam. Isso é um negócio fantástico, cara! Ainda mais sem precisar comprar terra, tomando terra de índio, de quilombola, sem pagar imposto, porque essas empresas não pagam impostos, isenção da lei Kandir. As pessoas acham que essa empresa é uma grande contribuidora de impostos. Por quê? Porque o município de Aracruz arrecada muito. Poucas pessoas sabem como funciona a lei Kandir. Se a sociedade capixaba soubesse, ia ser uma grita. Porque o dinheiro que vem para o município de Aracruz é retirado de todos os outros municípios. É mais ou menos o seguinte: se a Aracruz pagasse impostos, quanto de impostos o município de Aracruz vai receber? X. Mas como ela não paga, quem vai botar esse X na conta da Aracruz? O resto do Espírito Santo (risos). Então, toda arrecadação do município de Aracruz, toda a participação no ICMS, todos os impostos que a Aracruz Celulose deveria pagar e colocar nos cofres do município de Aracruz, quem põe é o resto do Espírito Santo, os outros 77 municípios. Ninguém sabe disso. Nenhum cidadão.

Joana: A Jurong é outra coisa, não é?

Beto: É, a lei Kandir é só para exportação de produto semielaborado. Se bem que eles devem ter dado algum tipo de isenção. Imagina! Estão dando a Barra para eles.

Violações de direitos e os impactos na vida das mulheres em comunidades do centro e região metropolitana do Recife/PE

Rosimere Nery Peixoto ¹



Oficina de cartografia com mulheres pescadoras
Recife/PE - FASE PE

A partir da realização de oficinas com mulheres Catadoras de Resíduos Sólidos da comunidade de Palha de Arroz/Arruda, Abreu e Lima, Imbiribeira e centro do Recife; Pescadoras do litoral norte e sul e Mandiocultoras do território da Bacia do Goitá (Lagoa de Itaenga, Glória do Goitá, Vitória de Santo Antão e Feira Nova), como parte da preparação da Oficina Nacional “Conflitos Socioambientais e Resistências: Construindo Territórios de Utopia”², tínhamos como perspectiva e pudemos identificar e qualificar as situações de violações de direitos nos territórios e os conflitos existentes, a partir da produção cartográfica realizada pelas mulheres.

Ressaltamos que no processo de mobilização das mulheres para as oficinas, todas convidadas ficaram bastante animadas em participar, fazendo perguntas acerca do que era metodologia de cartografia social, uma vez que a maioria não tinha conhecimento sobre a mesma. Isso propiciou iniciarmos o diálogo sobre a metodologia, objetivos e os conteúdos que seriam tratados nas atividades. Como tarefa para as oficinas intermediárias, cada uma deveria trazer para partilhar imagens, fotografias, registros da situação dos seus territórios e municípios e material que refletisse como os projetos de desenvolvimento e conflitos que ali acontecem impactam as suas vidas.

No processo de discussão nas oficinas, uma questão que aparece nos três segmentos de mulheres participantes foi a maneira que os grandes projetos

-
- 1 Rosimere Nery Peixoto é coordenadora e educadora da Fase Pernambuco, é formada em pedagogia, em orientação escolar e pós-graduada psicopedagogia.
 - 2 Oficina nacional realizou-se em Olinda, Pernambuco, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, contou com a participação de 33 pessoas, entre convidados, debatedores e participantes das oficinas de cartografia nos territórios. A programação e a dinâmica da Oficina buscava valorizar os processos cartográficos em curso nas suas dimensões de resgate de memória contra a ideologia do esquecimento e da alienação das pessoas e seus territórios; como possibilidade de diagnóstico da hegemonia, mas, igualmente da contra-hegemonia, da resistência e como espaço de elaboração da utopia.

de desenvolvimento está impactando a vida das mulheres, na região metropolitana do Recife (RMR), no litoral e Zona da Mata de Pernambuco. Realizar uma breve análise da situação na qual se encontram nos territórios, possibilitou às mulheres compartilhar entre si os conflitos e as violações dos direitos que estão ocorrendo nos diversos municípios, além de trocar experiências sobre as formas de resistências e as lutas de suas respectivas categorias. A partir dessa troca e identificação, fomos compreendendo que, mesmo sendo de territórios e segmentos diferentes, as violações dos direitos e os conflitos relatados ocorrem porque elas são mulheres. As dimensões da desigualdade de gênero se acentuam com a implantação dos projetos de desenvolvimento ou por suas consequências indiretas, justamente porque são mulheres pobres e negras, condição que é comum a todas.

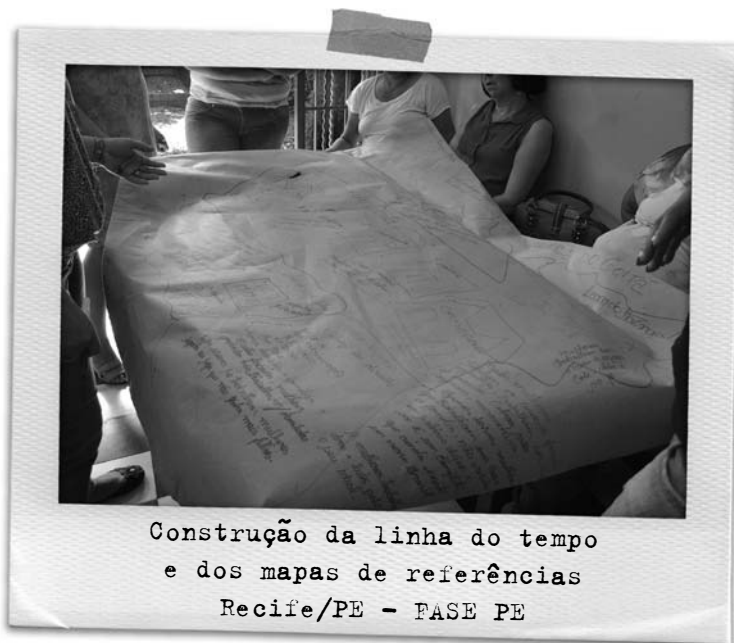
Através da cartografia os três grupos de mulheres puderam identificar onde estão ocorrendo as violações dos direitos e onde estão acontecendo os conflitos e, considerando que as desigualdades de gênero foram construídas historicamente, reconhecer o modo como hoje se apresentam e se estabelecem na vida cotidiana das mulheres. Salientamos que a partir da própria avaliação das mulheres, a metodologia da cartografia social estimulou e facilitou que elas expressassem uma leitura em relação a sua condição de vida. Através de desenhos expressaram nos mapas sua realidade, a violação dos direitos e os conflitos enfrentados, inclusive percebendo a articulação dos mesmos com o modelo de desenvolvimento implementado no estado de Pernambuco.

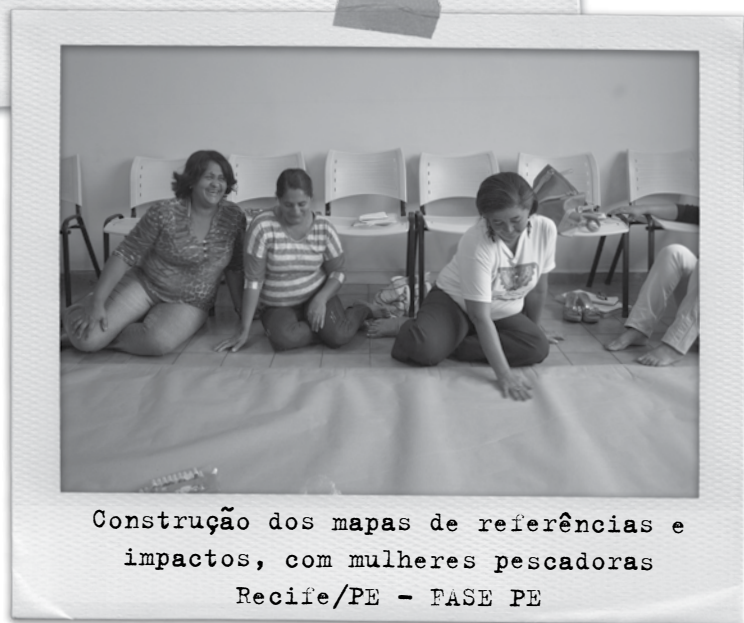
As evidências das desigualdades de gênero identificadas nas respectivas oficinas propiciaram reflexão em torno de como garantir os direitos das mulheres. Em sua elaboração, tais direitos são violados pelo fato de serem mulheres pobres e negras, não tendo a oportunidade de trilhar outro caminho. Identificaram a negação de seus direitos por sua condição de classe e de raça, somada a de gênero que acentua a discriminação e o preconceito vivido. Ser mulher extrapola a questão de classe: todas as mulheres colocaram como é difícil ser mulher nessa sociedade, que nega os seus direitos simplesmente por *ser mulher*. Mesmo tendo as mesmas condições de trabalho dos homens, elas recebem menos por serem mulheres, a exemplo da remuneração diferenciada nas casas de farinha do território da Bacia do Goitá, nas quais o trabalho da raspagem da mandioca é feito pelas mulheres, muito embora aos homens o trabalho oferecido seja pago por semana de trabalho, o das raspadeiras de mandioca é pago por produção. As mulheres raspadeiras de mandioca dos municípios de Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova e Vitória de Santo Antão, além de representante do Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão³, identi-

3 O Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão é uma organização feminista que desenvolve projeto de formação política e de autonomia econômica com essas mulheres.

ficaram várias dimensões das desigualdades de gênero, raça e classe, entre elas as principais: invisibilidade do trabalho das raspadeiras; o não reconhecimento do trabalho das mesmas; as péssimas condições de trabalho, além da inexistência de direito trabalhista.

As mulheres foram compartilhando e construindo uma linha de tempo que mostra onde estão as mulheres nesse território, evidenciando as formas (e a luta) por sua sobrevivência. Mesmo tendo sido implantadas diversas empresas no território, elas não absorvem a mão obra local e menos ainda a feminina, porque para a contratação são exigidas habilidades específicas e escolaridade que essas mulheres não tiveram oportunidade de desenvolver. Restam para as mesmas os trabalhos considerados mais desqualificados: desfiar “meia”; continuar se submetendo a exploração das casas de farinha raspando mandioca; cuidar das suas casas; trabalhar como empregada doméstica (ganhando salário menor que o mínimo e sem garantia de nenhum direito trabalhista), trabalhar como vendedoras autônomas. Com a participação e envolvimento das raspadeiras de mandioca no projeto de formação do Centro das Mulheres da Vitória de Santo Antão, foram formados três grupos produtivos que, com a participação nos movimentos sociais e de mulheres, tem aumentado a auto-estima e em dois as mulheres já estão acessando o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE.





Na oficina com as mulheres catadoras de material reciclável, participaram mulheres de quatro cooperativas, que são presidentes ou fazem parte da direção das referidas cooperativas do Recife e de Abreu e Lima, que fica localizada na RMR, além das catadoras avulsas da comunidade de Palha de Arroz (comunidade extremamente pobre), que trabalham no bairro do Arruda e seu entorno e que estão se preparando para participar da cooperativa que fará a gestão do galpão “central de triagem de reciclagem”, que é um dos galpões que está sendo implantado pela Prefeitura Municipal do Recife (Recife é

dividido em seis regiões político-administrativas, as RPA's), essa comunidade faz parte Região Político Administrativo-RPA 2, já que a proposta da Prefeitura é implantar um galpão de triagem por cada RPA do Recife.

Esse momento de troca de experiência e de histórias favoreceu a aproximação das mulheres, possibilitando que as mesmas compreendessem o processo de expropriação na qual estão inseridas e identificassem experiências em comum, mesmo morando em RPAs e municípios distintos.



Partilha e construção de mapas de
impactos a partir da experiência vivida
Recife/PE - Joana Barros

As catadoras de materiais recicláveis de Recife e de Abreu e Lima (município da região metropolitana do Recife) tem história e relação com a pesca. Elas ou foram pescadoras que tornaram-se catadoras pela deterioração do mangue e dos rios da região ou ainda são pescadoras artesanais para complementar renda. Vivendo próximas ao mangue, utilizam esta segunda profissão como uma forma de complementar renda e especialmente a alimentação da casa. A partir desta experiência, vivenciam a complexidade do trabalho da pesca artesanal e o impacto dos grandes empreendimentos nos mangues.

Com a ajuda do “censo participativo” (dinâmica de coleta de informações, partilha de experiências, e problematização de situações vivenciadas) identificamos de onde trabalham as mulheres catadoras. Estas mulheres além de estarem empregadas e/ou trabalhando catando material reciclado, fazem faxinas, lavam roupas, são vendedoras autônomas e pescam marisco. Esse processo de censo participativo foi bastante rico e delicado, já que as mulheres foram identificando questões conjunturais, mas também foram comentando sobre questões que são consideradas individuais (que mexem com sentimentos e emoções), como a violência doméstica e a educação dos filhos e filhas.



A experiência da violência foi trazida com muita ênfase pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis, que vivenciam muitos problemas com a forma que a polícia faz repressão na comunidade, não respeitando os direitos de cidadania, tratando todas as pessoas como marginais, inclusive as crianças – o que leva que crianças sintam medo quando a polícia entra na comunidade –,

desrespeitando os direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda que apareça como uma questão específica trazida pelas catadoras da comunidade Palha de Arroz, a violência policial na comunidade e a insegurança das mulheres no trabalho pelas ruas repete-se no cotidiano de mulheres que usam a rua como local de trabalho e ou de trânsito. As catadoras alegam que precisam ter bastante cuidado com os lugares escuros, o que desperta a apreensão e o medo, e ao longo do debate, da troca de experiência chegam a conclusão que as cidades estão cada dia menos seguras para as mulheres e no planejamento das cidades não se pensa nas mulheres.

A violência cotidiana, doméstica ou não, a qual as mulheres estão submetidas aparece como uma questão em todos os três segmentos que participaram das oficinas, tanto no aspecto do medo das mulheres denunciarem seus agressores, por diversos motivos, como também quando vão denunciar nos canais públicos e ainda são desrespeitadas pelos policiais nas delegacias, principalmente nas cidades do interior.

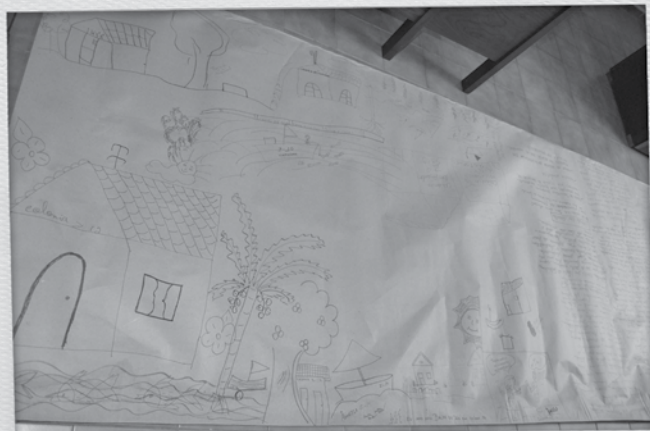
As pescadoras artesanais que participaram das oficinas são ou moram na região metropolitana do Recife, Litoral Sul e Norte e Mata Norte, no municípios de Itapissuma, Goiana, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Lagoa do Carro, Rio Formoso e Porto de Galinha. As mulheres participantes são pescadoras do mar e dos rios, vivem em territórios diferentes, porém todas são participantes do Movimento de Pescadoras de Pernambuco. Além desse grupo, contamos com a participação de uma representante do Conselho de Pescadores de Pernambuco (CPP), com quem temos realizado parcerias em ações no estado no que se refere no trabalho com as mulheres pescadoras. Registramos ainda que algumas mulheres pescadoras presentes na oficina faziam parte de uma chapa de oposição da Federação de Pescadores e Pescadoras de Pernambuco, a mesma encabeçada por uma das mulheres presentes, que tem grande liderança e reconhecimento do litoral ao sertão. Na composição da chapa a maioria eram mulheres lideranças do estado, contudo avaliam que não será um processo fácil, pois estão enfrentando homens machistas e uma estrutura organizativa patriarcal. No debate colocaram que a oficina também é mais um momento de reflexão sobre as violações e conflitos que envolvem a vida das mulheres pescadoras artesanais, que fortalecerá as mesmas para o debate interno nas relações com os homens das colônias e associações de pescadores. Assim como fortalecerá sua luta externamente, nas suas relações com as comunidades e sociedade que tem como base o machismo e a opressão as mulheres. É necessário e urgente mudarmos as relações entre mulheres e homens, pautando as mesmas por uma relação respeitosa, solidária entre iguais.



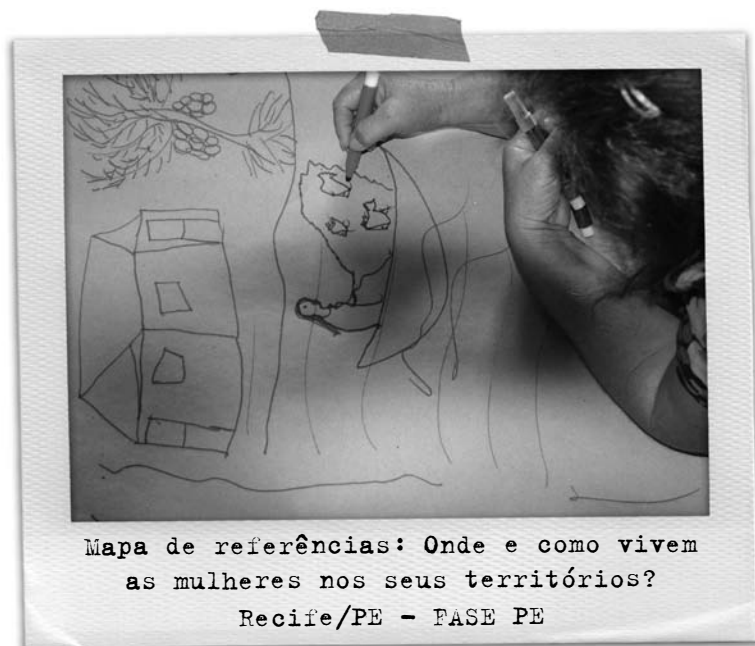
A partir do processo cartográfico identificamos e qualificamos as situações de violações de direitos nos territórios e os conflitos existentes, vinculados aos grandes projetos de desenvolvimento implantados e as especificidades dos seus impactos na vida das mulheres da região metropolitana do Recife e da Zona da Mata de Pernambuco. O Complexo Industrial Portuário de Suape é um dos polos destes impactos, que obrigou as mulheres marisqueiras a se deslocar e pescar em outro território, Mangue Seco, dificultando mais ainda suas vidas em função do deslocamento e aumento das horas de trabalho. Além disto, as mulheres pescadoras artesanais estão sendo obrigadas a realizar outros trabalhos para complementar sua renda, como: fazer artesanatos, beneficiamento do pescado, faxinas nas casas de veranistas, venda na praia de caldinhos, siri, ostra, marisco e camarão. Segundo sua percepção e experiência, viver só da pesca está muito difícil por que os empreendimentos “estão acabando com os mangues”.

Nos mapas construídos nos grupos de trabalho e que depois foram compartilhadas, foram valorizadas todas as experiências individuais e coletivas, com a perspectiva de desenhar a realidade das mulheres que estavam participando. Pensamos com essa construção garantir de certa forma a realidade cotidiana das mulheres desse segmento e ainda, provocar a interpretação mais ampla da vida e do cotidiano das mulheres pobres e negras. O desafio posto nessas oficinas foi identificar e fazer a leitura da realidade cotidiana da vida das mulheres e dos conflitos existentes, considerando qual eram as semelhanças e diferenças existentes entre esses segmentos de mulheres. As mulheres quando

compartilhavam a sua compreensão geravam debate, porque as outras mulheres participantes colocavam suas opiniões e como isso ocorria em sua comunidade ou território. O debate foi bastante rico no sentido de compreender com maior profundidade a relação da realidade e cotidiano das mulheres com a luta que as mesmas vêm desenvolvendo.



**Mapas de referências:
base dos mapas de impacto
Recife/PE - FASE PE**



Finalizamos, portanto, esse ciclo de debates com as mulheres mandiocultoras, catadoras de materiais recicláveis e pescadoras artesanais, culminando com o debate e troca de experiências na Oficina Nacional de Conflitos Socioambientais e Resistências: Construindo Territórios de Utopias, que contou com a participação de outros segmentos, mulheres e homens, de Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Belém e Rio de Janeiro.

Na Oficina Nacional, contamos com a participação de representação de cinco mulheres por categoria do estado de Pernambuco. Este foi um momento significativo neste processo porque possibilitou as mulheres presentes trocarem experiência entre as mesmas e com os outros participantes, confrontando realidades diversas e percebendo suas proximidades. O debate foi riquíssimo, porque fortaleceu e ampliou a compreensão das mulheres a partir da leitura das condições e realidade delas mesmas. A partir do processo cartográfico, concluíram que a realidade e a condição de vida das mulheres não diferem entre nenhuma região e o que o modelo de desenvolvimento em curso tem gerado impactos e agravantes em suas vidas: precarizando o trabalho doméstico, aumentando a violência sexual, sobrecarregando-as com mais trabalho e aumentando a violência policial.

Foram levantadas as seguintes violações, tanto individuais como coletivas, e os impactos na vida das mulheres:

- Violência doméstica e familiar sofridas por algumas mulheres. Na avaliação das mulheres tem aumentado as denúncias, porém trata-se de uma questão de complexa solução, pois cada mulher reage de forma diferente, já que essa violência mexe com a sua subjetividade.
- Violência policial nas comunidades pobres. Em alguns municípios e territórios a não existência de políticas públicas específicas para as mulheres
- Os grandes projetos de desenvolvimento impactando diretamente na vida das mulheres, essa questão especificamente identificada pelas pescadoras, no território de Goiana e Suape especialmente.
- As mulheres recebem pouco estímulo da família para participarem de espaços político e de formação. As mulheres enfrentam dificuldades para participarem de espaços de formação e organização política.
- Mesmo as mulheres trabalhando fora de casa, elas continuam com a responsabilidade com os cuidados com as tarefas da casa, cuidar das crianças, cuidados com os idosos e tudo que se refere ao espaço privado, quando os espaços públicos pertencem aos homens;
- As mulheres continuam discriminadas no direito ao seu corpo e a sua vida, sendo exploradas e desrespeitadas nos seus direitos de cidadã.

07103310454

Nos debates também foram identificados alguns encaminhamentos como necessários para enfrentar a violação dos direitos humanos que estão ocorrendo no território e os conflitos existentes:

- Realização de mais atividades formativas para as mulheres, para que possam se reconhecer enquanto cidadãs de direitos, podendo assim enfrentar essa situação de exploração e submissão que as mesmas se encontram.
- Maior articulação entre as mulheres dos territórios e municípios dos diversos segmentos na busca do enfrentamento da violência doméstica e sexista que elas são submetidas. Compreendendo que as desigualdades de gênero e de raça são um processo histórico e um instrumento utilizado para a exploração das mesmas.
- Construir mecanismos que ampliem a participação das mulheres de base, envolvendo as mesmas nas mobilizações dos movimentos e nas atividades de formação.
- Fortalecer as mulheres lideranças para que possam ampliar a sua atuação.
- As mulheres catadoras da comunidade de Palha de Arroz se unam e assumam a direção da cooperativa do galpão.
- A Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras tem sido uma luta que tem nos fortalecido enquanto mulheres, nós estamos na coordenação da mesma no estado de Pernambuco, precisamos coletar 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil assinaturas) e muitos desses grandes projetos de desenvolvimento acabam com os territórios pesqueiros.

Ao mar! Impressões de um giro pela Baía de Guanabara

Joana Barros¹

para Maria Célia Paoli



Ao mar!

Baía de Guanabara/Magé/RJ - Joana Barros

“O relógio é deles, o tempo é nosso”

Alexandre Anderson, no meio da Baía de Guanabara

Alexandre Anderson não gosta do termo *toxictour*, utilizado para falar dos giros que fazemos nos territórios mostrando para os que não são dali, os impactos da indústria petroleira. Diz que seus territórios são muito mais do que impactados. São cheios de gentes, de trabalho, de atividade, de luta, de vida. Com este alerta ressoando nos ouvidos e nos olhos, entrei no mar com Alexandre pra conhecer um pouco da “mãe do pescador, a Baía de Guanabara”.

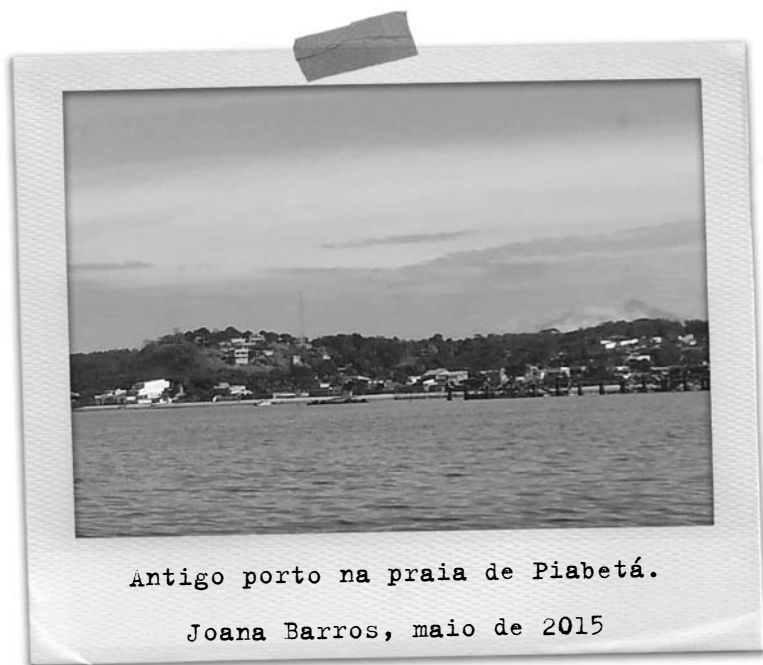
A cidade desde o mar é muito diferente. E visto de dentro, o mar também o é. A paisagem naturalizada da terra vista do chão, seja nos nossos lugares cotidianos seja através da abstração dos mapas, vai aos poucos se refazendo, novos contornos aparecem, novas marcações são acionadas para identificar lugares tão próximos e que estranhamente perdemos no horizonte. A proximidade e a *lonjura* formam perspectivas diferentes, colocam a terra em perspectiva, arrancam histórias dos lugares e conferem sentido pra aquele horizonte que se forma e se desmancha a medida que vamos entrando na Baía.

Entramos no mar com Alexandre numa manhã ensolarada, mas foi preciso esperar o tempo da maré cheia. Enquanto a maré subia, as histórias dos pescadores e da vida na e à beira do mar foram aparecendo, as comidas preferidas, o barco de outro pescador em reparo, as diferenças dos tempos vividos ali em Magé, a chegada da poluição, as mudanças no mar e do dia-a-dia da vida foram compartilhadas junto com goles de café.

Já no mar, as muitas e lindas praias da Baía na costa de Magé são narradas por Alexandre a partir das comunidades de pescadores que vivem em cada

1 Joana Barros é assessora nacional da Fase, doutora em sociologia pela FFLCH-USP e pós-doutoranda pelo IAU-USP.

uma delas, de suas técnicas de pesca, dos companheiros de mar e da sua relação com a luta dos pescadores. A sede da AHOMAR fica ao lado do cais da primeira ferrovia do país, a Estrada de Ferro Mauá, inaugurada em 1854 pelo imperador Pedro II. O trem chegava até a praia de Piabetá e ali, quase dentro do mar, carregava o pescado e outras coisas para subir a serra de Magé até Petrópolis nos tempos imperiais. Foi por causa desta ponte que os pescadores conseguiram barrar a construção de um ancoradouro da Petrobras: no processo da AHOMAR contra a instalação de um porto, acionaram o caráter de patrimônio cultural e histórico da ferrovia e da ponte tombada pelo IPHAN, e através deste mecanismo de salvaguarda da ponte conseguiram que a Petrobras não construísse o ancoradouro. A luta contra os impactos da indústria do petróleo vai se armando de diversos instrumentos capazes de oferecer resistência à expansão petroleira e garantir que os pescadores e pescadoras possam continuar a viver de seu ofício e do mar.



Vamos pelo no mar, seguindo as “estradas” que Alexandre conhece e que nos apresenta, aumentando ou diminuindo a velocidade da pequena embarcação de fibra que usa nas “suas diligências”, a “voadeira”, para desviar dos bancos de areia, alguns naturais, outros tantos obra do assoreamento causado pelas mudanças do relevo natural do fundo do mar. A dragagem é uma constante no mar da Guanabara, as imensas embarcações petroleiras precisam de rotas abertas e fundas, o material dragado transforma o relevo e o ambiente

marinho, afeta a localização dos nascedouros de espécies, refaz os caminhos do mar moldados pelas correntes, impondo aos pescadores atenção redobrada às várias sinalizações de passagem que precisam ser refeitas com regularidade para preservar seus locais de pesca, seus caminhos no mar, e a integridade de seus barcos e seus corpos. Enquanto este novo mapa vai sendo construído em camadas – antes mais lentamente através da experiência de lida e hoje no compasso da produção industrial que solapa a capacidade da Baía se refazer – o mapa narrado por Alexandre foi desenhado numa conversa entre gerações, transmitido dos velhos aos jovens no compasso do trabalho e da espera do mar, visível aos pescadores e marcado por paus espetados nas águas, onde as aves marítimas encontram pouso e os navegantes, orientação.

Neste mapa de galhos de árvores e plantas marítimas, os caminhos se juntam aos locais de pesca, ao tipo do peixe que é possível conseguir perto da costa, mais no centro, na entrada do mangue, perto das ilhas... Desde os tipos de peixes, Alexandre fala as diversas técnicas de pesca e daqueles que as conhecem e que as utilizam: a rede e suas várias tramas, o anzol, o cerco... A cada uma delas corresponde uma maneira de ir e vir do mar, um tempo de trabalho e de espera, uma construção física e mental, uma maneira de pescar, saberes que vão se construindo no tempo e que são acionados de acordo com o contexto, uma atividade que longe de ser solitária é partilhada entre os pescadores.



Pesca de cerco na Baía de Guanabara.

Joana Barros, maio de 2015.



Os cercos são muito presentes na Guanabara – herança dos índios, diz Alexandre, que viviam aqui e que desde muito tempo pescavam nestas águas, levantando verdadeiras estruturas no mar. Estrutura que é fixa, mas é móvel; ou melhor, é fixa porque depende do movimento das águas do mar pra trazer o peixe pra dentro das paredes de galhos que se montam no mar.

Hoje apenas umas poucas pessoas sabem como “fincar o cerco”. Muitos podem fazê-lo, mas certamente pouco se obterá se o cerco for levantado em lugar errado. Fazer um cerco requer conhecimento e paciência, tempo de escutar e olhar o mar. A construção inicia com a cata do galho de árvore, arrancado em noite de lua, nem muito seco nem muito molhado. Já na água, o mestre cerqueiro vai ficando o pau no fundo do mar e, vendo subir as bolhas, define onde colocar a cabeça do cerco. É preciso esperar mais uma lua pra voltar e ver de novo as borbulhas e só depois desta confirmação, construir o cerco. Pra construção do cerco outros pescadores, amigos e ou contratados são acionados, num trabalho partilhado, um ofício que se reafirma nesta construção coletiva a compartilhar saberes, técnicas e tempos. Atualmente, os cercos não são mais construídos de taquara, são construídos com bambu e ou eucalipto – duas espécies não nativas, mas as únicas acessíveis pelo custo e pela disponibilidade. Colocar um cerco de pé custa em torno de cinco mil reais, o que impede que um mesmo pescador tenha mais que três cercos. Os custos de instalação e manutenção são altos e demandam poupança e investimento, o que tem sido cada vez mais difícil, já que mesmo os bons cercos têm a produ-

ção cada vez menor por causa da diminuição de espécies da Baía, afugentadas pelo barulho dos cargueiros, dos terminais e por tantas outras atividade de constituição de uma verdadeira refinaria a céu aberto em pleno mar.

A teia de marcações na Baía de Guanabara não se resume àquelas que os pescadores foram construindo ao longo do tempo. Passado o cerco na direção de Piabetá, seguimos por um mapa do mar da Baía de Guanabara que tem elementos industriais cada vez mais presentes, embora parte deles invisíveis pra os desavisados ou para aqueles que veem a Baía desde a terra. São quase uma dezena de dutos passando no fundo do mar da Baía, e outros mais de meia centena cortando as cercanias da Baía, ligando-se com as imensas estruturas de refino, transporte e traslado do petróleo e seus derivados. Os dutos são sinalizados por postes que mudam de cor a depender do tipo de duto ou se estão em funcionamento, e desenham junto com as plantas de processamento de petróleo, áreas sobrepostas de exclusão de pesca, de tráfego e de proximidade. Somadas todas as áreas de exclusão impostas pelas atividades do petróleo, a pesca e o trânsito livre na Baía de Guanabara vão a cada dia diminuindo. A garantia destas áreas de exclusão é muitas vezes feita por um misto de forças de segurança privada, de milícia, da polícia e das forças armadas que durante à noite, principalmente, tomam por alvo os barcos de pesadores que teimam em circular pela Baía para pescar. Os furos de munição nos cascos das embarcações nas praias atestam que a violência nas disputas pelo território da Baía é a pedra de toque da expansão petrolífera e que a militarização espraia-se como mote de funcionamento da expansão dos “projetos de desenvolvimento”, em terra e no mar.

Na Ilha do Governador, o Estaleiro Ilha serve para reparo das embarcações petroleiras antigas, agora reconvertidas em navios para abastecimento e limpeza dos cargueiros que trafegam por ali. Localizado ao lado de uma praia estreita na qual atracam pequenas embarcações de pesca artesanal, o tamanho de embarcações que o estaleiro recebe expõe a desproporção entre as atividades tradicionais na Baía e a atividade petroleira que se impõe por sua grandeza e por seus efeitos diretos e indiretos. Nesta pequena praia havia uma comunidade de pescadores, a comunidade dos Bancários, que foi deslocada para dar espaço à expansão industrial que, articulada com a presença de vários espaços da Marinha Brasileira (estamos ao lado das ilhas do Boqueirão e do Rijo que abrigam dois paiois), estabelece uma grande zona de exclusão de pesca e de tráfego e por consequência, uma enorme zona de conflito no mar.

Seguimos em direção à “boca” da Baía de Guanabara e no caminho, os novos terminais flexíveis de regaseificação de GNL construídos pela Petrobras aparecem. Este novo terminal é de dupla via, recebe material e despeja na malha interligada de gasodutos do Sudeste para abastecer as termoeletricas, carrega e também faz a troca de produtos entre navios. A água do mar é utilizada no processo de regaseificação do GNL, além de ser usada na limpeza dos tan-



Estaleiro Ilha, na praia dos Bancários.

Joana Barros, maio de 2015.

ques dos navios. Nos processos de regaseificação e troca entre navios, grandes bolhas de gás são lançadas no mar. Além do risco de explosão, muitos reparos de navios especialmente nos cascos são feitos ali mesmo em plena Guanabara. Estas cenas vão conformando um verdadeiro cenário industrial a céu aberto: grandes estruturas produtivas, soldadores, técnicos em manutenção, marujos, terminais de troca, petroleiros, barulhos, temperaturas, cheiros e dinâmicas



industriais estão ali flutuando no “chão de fábrica” no qual se tornou a Baía de Guanabara. As novas funções da “mãe dos pescadores” afasta a cada dia a pesca e a vida que ela ensejava, impondo-se com suas estruturas cada vez mais gigantescas, multifuncionais e interligadas à terra seja pelos dutos seja pelo constante vai e vem das embarcações petroleiras em sua antigas rotas de pesca.

Estima-se que 20 mil homens trabalhem embarcados em plataformas ou navios nas águas da Baía de Guanabara, e em 2010 estimava-se que 46% do espelho d’água da Baía fosse ocupado com atividade petrolífera. Este número já defasado pode indicar o tamanho da desproporção e dos conflitos que surgem entre os pescadores e pescadoras artesanais e a indústria petrolífera. A redução da quantidade de pescadores na região atesta que este conflito tem impactado brutalmente as atividades tradicionais na região: se em 1991, somavam-se mais de 4.700 pescadores, em 2010, o IBGE contabilizava uma redução de 62% deste número, encontrando pouco mais de 1.700 pescadores na região.

Passando pelos terminais avistamos ao longe na direção da entrada da Baía, o terminal de lubrificantes Cosan com seus imensos tanques plantados na ponta da Ilha do Governador, na Ribeira, despejando no mar resíduos *in natura*. A espuma branca que não se desfaz na água denuncia a atividade irregular de lançamento de produto e dejetos industriais sem tratamento na Guanabara. Esta é uma realidade em todos os terminais e plantas de processamento de petróleo e derivados na Baía. Mais um pouco a frente, já indo de volta para o fundo da Baía, outras duas lhas pequenas – a Comprida e a Redonda – são



emblemáticas da ocupação da Baía da Guanabara: as duas receberam plantas industriais e foram completamente tomadas por ela, desfiguradas de tal maneira que quase é impossível considerar que aquelas plantas industriais foram um dia pequenas ilhotas, terra no mar da Baía. Além de totalmente ocupadas pelas refinarias e suas estruturas de ferro, as duas ilhotas estão interligadas por uma enorme passarela e de seus canos constantemente jorra detritos industriais.

Logo ali na frente, na ilha Jurubaiba paramos para um descanso e mais um pouco de prosa. Na conversa na ponta do banco de areia, Alexandre nos fala sobre as casas flutuantes que resistem na Baía. Ali mesmo na outra ponta da Jurubaiba uma está atracada na areia. São casas de madeira sob um casco flutuante que abrigam famílias que vivem no mar, nas pequenas ilhas e nas praias que conformam a Baía da Guanabara. Vivem sem energia elétrica e sua relação com a costa é de constante troca: em terra compram o que precisam, os filhos das famílias vão à escola, utilizam os equipamentos públicos de saúde etc. Uma vida literalmente sobre o mar mas que não prescinde da terra. Vida que se faz justamente neste fluxo. Poucas casas-barcos resistem: talvez um aviso ou uma imagem emblemática desta vida na Guanabara feita nesta linha da maré, no compasso deste fluxo intenso mar-terra que está cada vez mais interdita.

Alexandre segue contando de um mundo que, assim como as casas flutuantes, está em desaparecimento, impactado fortemente pela expansão petrolífera no Rio e especialmente ali na Guanabara. É uma verdadeira teia de

relações que dependem do território da baía, na água e em terra, que vai aos poucos tendo seus nós esgarçados pela violência e velocidade do avanço do petróleo. Alexandre, criticando as concepções ditas puristas que enxergam na Baía apenas um bioma sem gente, diz que não está longe um tempo em que será preciso algum mecanismo de preservação e salvaguarda não só dos animais e espécies em extinção na Baía e no entorno, mas será preciso salvar os próprios pescadores da “extinção”. Os conhecimentos do mar e da terra estão ameaçados, as rezadeiras, os fazedores de cerco, as ervas usadas nos tratamentos e cuidados com o corpo, os alimentos e as comidas da região... tudo lhe parece estar em risco, cada dia mais restrito aos poucos velhos e velhas que resistem na região e que ainda passam para as gerações que teimam em viver do mar e no mar da Guanabara.

Chegamos ao fundo Baía, na foz do rio Macuco. Ali o ambiente está mais preservado; o mangue, apesar da poluição das águas do mar, resiste e ainda segue como o berçário de espécies. O rio Macuco que leva até Itaboraí, ao centro do Comperj, está por ora protegido. O projeto de transformá-lo em leito navegável para navios do Comperj está parado, não recebeu as licenças que deveria para operar, o que garante certa proteção a “despensa” do pescador, como todo mangue é conhecido, e garante sua enorme capacidade de prover alimentos.

Vamos entrando Macuco acima. O barulho industrial da “boca” da Baía vai aos poucos deixando de ecoar nos nossos ouvidos e silêncio das águas toma conta de nós, quando o motor é desligado. Nas margens das águas escuras e limpas, dezenas de garças brancas paradas observam quietas nossa passagem. Alexandre nos conta, já na saída do mangue, quase no mar, voltando, que os pescadores dizem que as aves paradas na margem são um sinal de licença concedida para passar em seu território. Uma honra, diz Alexandre. É assim que nos sentimos de fato por entrar nas águas da Baía, não só pelas belas aves mas por estar em companhia e partilhar, poder ver e testemunhar a luta cotidiana de homens e mulheres e outros seres para sobreviver em meio a tamanha destruição causada pela expansão da indústria do petróleo.

Voltamos à praia de São Lourenço da Coroa, de onde saímos em Magé. Enquanto vamos voltando pra casa, ouvimos alguns “causos de pescador” sobre as turbulências naturais da Baía, aventuras de Alexandre e seus companheiros numa tempestade que lhes obrigou a permanecer horas pendurados em um destes postes fincados no mar para orientar a navegação à espera de ajuda, para não morrerem afogado. Ao longe aparece a torre da igreja de São Nicolau, santo protetor dos pescadores e endividados. Já está na hora de voltar à terra, são quase cinco horas da tarde, hora de começar a se recolher. É domingo e o dia seguinte, segunda, é dia da Baía descansar, dia que não se pesca, dia que se espera a “mãe dos pescadores” se regenerar para sempre poder lhes oferecer do que viver.

Territórios de utopia¹

Marcelo Calazans²



Territórios de utopia e resistências: lançamento
da Campanha Nem um poço a mais!, junho 2015
Vila Velha/ES - Gilka Resende

É possível dizer que até 1900, até o final do século XIX, ou seja, cento e poucos anos atrás acreditava-se no futuro. Essa é uma diferença grande em relação ao nosso tempo de agora, dado que se tinha no horizonte um caminho quase natural através do qual o futuro seria melhor. Acreditava-se então na ciência, acreditava-se que o avanço da ciência faria os homens e as mulheres viverem até cento e tantos anos e que, quase como uma evolução da natureza, a civilização caminharia para um destino mais iluminado, de democracia e de desenvolvimento. A palavra desenvolvimento de alguma forma indica essa noção de que o futuro viria e traria o bem. A ideia de progresso, estampada nas bandeiras de quase todos os países naquele final de século, afirmava que o tempo, por si só, nos traria o futuro e o progresso viria, as indústrias produziriam mais, a agricultura produziria mais, e a ciência construiria um mundo melhor.

Depois das duas Grandes Guerras (1914-1919, 1939-1945), e principalmente depois da Segunda Guerra e da bomba atômica, percebe-se um certo descrédito neste processo, e o desenvolvimento passou a ser compreendido como uma coisa não natural e não somente direcionada para um “bom futuro”. Começou-se a duvidar que a civilização caminha inexoravelmente para um bom destino de forma cumulativa, bastando aumentar o que já tá posto, produzindo mais e com mais projetos de desenvolvimento, com mais automóveis, mais aviões, mais informações também. A ideia de que isso tudo nos levaria a um momento sempre melhor começa a ser questionada. É no segundo pós-guerra, que essa ideia começou a se desfazer. No final do século XX e início desse nosso século XXI, muitas pessoas começam a pensar o decrescimento, a ideia que de alguma forma é necessário dar “passos para trás”,

-
- 1 Texto editado a partir de comunicação apresentada na Oficina “Conflitos socioambientais e resistências: construindo territórios de utopia”, realizada em Olinda/PE, nos dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2014.
 - 2 Marcelo Calazans é historiador, membro da Rede Oilwatch Sudamérica e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental é coordenador da FASE Espírito Santo.

ou passos para os lados, ou em outras direções que não pra frente, que não na direção que estava apontada por aquele progresso que falávamos, contradizendo este progresso e afirmando que nem sempre é pra frente que se deve caminhar. Esta ideia de decrescimento nos leva a pensar que muitas vezes a liberdade e o bem viver não vêm como uma conquista de mais coisas, mas como abandonos de algumas coisas. Para viver melhor é necessário abandonar algumas coisas, não apenas conquistar coisas. Há uma crise profunda na civilização e há um descrédito em relação ao futuro enorme. Testemunham esta crise sociedades nas quais a democracia não se consolidou; mata-se hoje nas periferias como se matava há séculos atrás; o machismo não está superado; as liberdades sexuais não estão minimamente garantidas; a própria natureza segue violada em todos os espaços, dos manguezais às periferias urbanas.

As cartografias trazem um pouco essa impressão sobre o que está ocorrendo no território, para além dos números dos governos. Sejam os governos de direita, sejam os governos de esquerda, seja lá quais forem, eles sempre apresentam os territórios, a exemplo do que ocorre em Suape, como se estivessem muito bem, como se lá na favela de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro estivéssemos caminhando para a pacificação. É assim que as coisas são apresentadas.

Entretanto, de alguma forma, temos que travar essa “guerra”, dizer o que se passa nos nossos territórios porque os territórios são territórios narrativos, são territórios falados, narrados, cantados e escritos. Não basta anunciar o impacto dos projetos de desenvolvimento. Há lugares que têm muito impacto, mas não têm conflito. Outros conflitos são tão invisíveis que ficam no soluço no quarto escuro, à noite, não saem pra rua, não fazem enfrentamento. Nem sempre onde há impacto, há conflito. E é muito importante que haja conflito, porque se não houver conflito, os impactos vão correr sem ninguém falar, e os territórios vão ser devastados. É isso o que está em jogo, hoje.

A construção de “territórios da utopia” é antes a defesa dos territórios, para que os territórios possam sobreviver. Não só os territórios espaciais – a favela de Manguinhos, a periferia de Recife e de Belém –, mas também os territórios mentais, dos valores e das culturas. Nós temos que fazer com que eles resistam a esse processo de devastação, porque o sistema trabalha numa perspectiva de apagar a memória. A única forma de esse processo continuar e desse modelo perpetuar-se é apagando a memória do que era este território antes de sua chegada, a memória do que era Manguinhos, na época de seus avós, como era o mangue perto de Recife há 40 ou 50 anos atrás, como era o Ceará antes da instalação do PECEM, como eram os territórios. Isto porque também há uma perspectiva geracional, um impulso de “zerar” a memória do que são os territórios e sua história, na transição de uma geração para outra. Isto se passa também no Espírito Santo, podemos ver esta tentativa de apagamento da memória dos territórios na situação dos indígenas e dos quilombo-

las com a instalação e expansão do monocultivo do eucalipto. Os jovens que nasceram depois de 1968, quando começou o plantio de eucalipto por lá, não conhecem mais os nomes das árvores da Mata Atlântica, eles não conhecem mais o nome dos animais. Com a chegada de petróleo e dos grandes projetos no litoral capixaba, nos anos 2000, foram sumindo os nomes dos peixes. Os filhos dos pescadores que nasceram de 2000 pra cá não lembram mais das práticas locais de pesca. A transição e transmissão de conhecimento entre gerações não se dá; porque o território vai chegando a um nível de devastação muito grande. Chegamos a um ponto que daqui a talvez três gerações adiante, um quilombola vai olhar para um plantio de eucalipto e vai chamar aquilo de floresta, porque a memória da Mata Atlântica já se foi há 70 anos, há 80 anos, há 90 anos.

Então, os *territórios da utopia* só vão existir, nesse futuro cheio de nuvens que está posto, se conseguirmos defendê-los e não deixarmos que as pessoas e os povos sejam expulsos desses lugares, e não deixarmos que a memória se apague, porque essa é a estratégia que o modelo está tomando. As cartografias têm um importante papel nisso.

Estamos numa sociedade brasileira hoje muito embriagada com a ideia de progresso, com a ideia de BRICS, com a ideia de se transformar num país alimentado por ganhos de petróleo, de agronegócio. E nesta embriagues, pensa-se um futuro no qual a reforma agrária não é mais necessária e no seu lugar teríamos uma "bolsa sem-terra", bancada pelo governo; um futuro no qual o pescador terá uma "bolsa pesca" e vai criar camarão no aquário ou peixe em algum outro canto, o governo vai dizer aonde. Desta perspectiva trôpega, uma sociedade de primeiro mundo pode ser instalada no Brasil, junto com que o que lá no Norte do mundo chamam de Estado de Bem-Estar Social, seja bancado aqui por recursos de petróleo, de eucalipto, de soja, de mineração, e de todos esses grandes projetos que estão aí financiados pelo BNDES, pelo PAC, do governo Dilma, pelos anos de governo Lula, e não seria diferente com outros anos de PSDB ou PTB, ou seja lá qual partido deste espectro.

Diante disto, nossa primeira tarefa é defender os territórios, não deixar que sua memória se apague, não deixar que as pessoas sejam expulsas, resistir ao máximo, disputar centímetro a centímetro, mesmo quando as condições forem as mais desfavoráveis, quando as condições forem as mais tiranas. Porque o que está em extinção não são os ursos-panda apenas, está em extinção a democracia e está em extinção o projeto de transição para outro tipo de destino. Essa é a principal crise que está posta. Fala-se muito da crise do capitalismo, mas não vejo o capitalismo tão em crise; ao contrário, o capitalismo está cada vez mais potente, dominando e explorando territórios cada vez mais difíceis e inacessíveis, modernizando a juventude em larga escala, construindo robôs, autômatos e não só incidindo sobre a juventude, mas sobre a terceira idade também, apatetando a velhice. Os velhos estão sendo apatetados, cheios de

Rivotril, não podem mais sequer fazer a transição da memória, das gerações. A juventude, por outro lado, vive sob uma *overdose* de informação, *overdose* de modernização.

Esse processo devastador dos/nos territórios exige uma estratégia de resistência própria e resistência coletiva. Ainda está longe de conquistarmos um horizonte de transição, mas deixar existir e fazer resistir os territórios e a memória, isso é algo muito estratégico, porque esse processo de transição pode demorar 100, 200, 300 anos, o capitalismo ainda tem muito fôlego. Fala-se que o petróleo está acabando, entretanto, está acabando desde o século XIX, mas as empresas e os governos vão descobrindo novas fontes, novos poços em lugares cada vez mais inacessíveis. O capitalismo se expande e nós temos que criar obstáculos para essa expansão. Não podemos deixar com que a expansão do modelo se dê da forma como eles querem, no ritmo que eles querem e por inteiro. Qualquer obstáculo que se cria a essa expansão é muito estratégico. Talvez cinquenta anos adiante, ou cem, se conseguirmos guardar a memória, talvez se construam resistências mais empoderadas que as nossas e seja possível criar outros processos. Nossa tarefa histórica é construir e fortalecer a resistência, principalmente no contexto sul-americano – em que as próprias esquerdas são usadas para avançar e expandir esse modelo. O modelo se expande não somente sob governos do tipo do Fernando Henrique, não é mais o Bolsonaro, não é mais a direita clássica, tradicional, que governa em muitos países da América Latina. A direita clássica, tradicional, não consegue expandir o capitalismo tal como a esquerda histórica, hoje, trabalha na expansão desse modelo. O Lula, o Evo Morales, o Rafael Corrêa, o Tabaré Vázquez, toda essa esquerda latino-americana tem servido para expandir esse modelo, que é o mesmo modelo dos neoliberais: é mais petróleo, mais mineração, mais automóvel, é esse mesmo padrão.

Num momento como esse é estratégico defendermos os territórios, criarmos estratégias de resiliência, de sobrevivência desses territórios, denunciarmos o que se passa nos lugares e criarmos fôlego, fôlego de resistência de longo prazo e de transição geracional. Se essa condição estrutural não for garantida, os projetos de transição agora propostos são apenas paliativos porque não adianta experimentarmos tomates orgânicos ou comunidades alternativas ou grupos específicos em lugares em que o agrotóxico não entra, tais como ilhas no meio de oceanos de agrotóxicos. Não creio que seja uma estratégia de criarmos guetos e ficarmos nos guetos. Temos que disputar o espaço público, mas temos que garantir a sobrevivência dos *territórios da utopia*, que são os territórios que estão aí sendo massacrados. Embora o trabalho com a juventude seja um foco estratégico, é importante não abandonarmos os idosos. É estratégico que os idosos voltem a poder atuar dignamente no processo político. É estratégico que os quilombolas e os indígenas experimentem o processo de pós-eucalipto. É estratégico que os pescadores garantam os terri-

tórios pesqueiros tradicionais. Porque é por aí que poderemos construir um horizonte de transição. Qualquer projeto alternativo que não esteja imbuído da construção de um horizonte de transição não funcionará como estratégia de mudança e, desta perspectiva, a primeira coisa a retomar é a crença de que é possível mudar o estado das coisas nos territórios, mudar o mundo. Essa crença já está muito degradada pela democracia tradicional, pela indiferença entre os governos que mudam nos Executivos, nos Legislativos mas que tem representado mais do mesmo, mais aprofundamento do modelo violento, espoliativo e insustentável. Então, resgatar essa utopia não é um ato instantâneo, exige uma avaliação da nossa própria trajetória e experiência de organização social nos últimos 20 ou 30 anos e exige clareza dos caminhos a seguir. Os movimentos sociais históricos tradicionais que muitos de nós mesmos criamos, nos anos 1980, estão hoje sucumbidos, a maior parte estão mortos ou são defuntos, no sentido figurado, que ainda vivem por aí caminhando, não foram enterrados; mas deveriam ser enterrados, para que as novas criações, os novos rebentos possam criar outros horizontes.

Por fim, é preciso reafirmar que a transição deste modelo não é algo que virá mais adiante, como dádiva ou por si só, os passos têm que ser dados agora. E creio que o primeiro passo é a defesa das pessoas, dos povos, das narrativas, dos territórios, sem isso não vamos para lugar nenhum.

*Buen vivir nas cidades*¹

Mario Rodríguez Ibañez²



Festa das Alasitas: miniaturas para o Ekeko
(Deus da Abundância) - La Paz/Bolívia
Orlando Contreras López (Creative Commons)

Vou tentar falar português. Mas sei que eu vou falar com muito espanhol e, para complicar ainda mais, vou pinçar alguns termos e palavras em idiomas indígenas, porque eu não encontro ainda um jeito de explicar em espanhol ou em português alguns conceitos, em uma só palavra, que tem a ver com parte do nosso debate sobre o tema do “bem viver”.

Falávamos antes sobre a narração como um mecanismo da linguagem que é mais pertinente que a argumentação conceitual para o momento atual. Estamos numa fase do processo social muito rico em que, mesmo nas ciências sociais, a teoria revolucionária não dá conta, através das palavras que têm, do que está acontecendo; ela é insuficiente para dar conta dos processos que estamos vivendo. A narração se refere a colocar em circulação uma experiência: se narra o vivido, o acontecido, a experiência e é a forma como se expressa o próprio saber.

Eu vou aproveitar esta ideia e utilizar algumas narrativas, ainda que isso vá atentar contra meu tempo, porque a narração sempre exige um tempo maior que a conceituação. A narração não é a linguagem da síntese, é a linguagem da experiência que circula. Isso coloca para nós mesmos, já no início, um desafio: a tentativa de pensar os processos da circulação dos saberes e os processos do conhecimento de outro jeito. Eu acho que não conseguimos responder suficientemente a este pensamento.

O “bem viver”, mais que um conceito, é uma experiência, é um debate polissêmico, com muitas interpretações, com muitas tendências. Com algu-

-
- 1 Texto editado a partir de comunicação oral apresentada na Oficina “O Bem Viver na cidade - perspectivas para o Brasil e o Cone Sul”, entre os dias 14 e 17 de junho de 2015, em São Paulo, organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Cone Sul.
 - 2 Mario Rodríguez Ibáñez é fundador e integrante da equipe de coordenação de Wayna Tambo - Red de la Diversidad. Desenvolve militância, trabalhos e publicações em temas referentes à diversidade cultural, alternativas ao desenvolvimento, bem viver em contextos urbanos com aportes desde a educação popular, a comunicação e o tecido de cultura viva comunitária na Bolívia e em outros países do continente.

mas interpretações, nós nos achamos mais perto, mais próximos, mas com outras somos mais distantes e mesmo divergimos bastante. Nós não temos uma só noção de “bem viver” – e isto é muito importante. Mas mesmo que não tenhamos uma só noção, temos alguns elementos em comum que permitem delimitar aquele campo e aquele espaço que nós chamamos de “bem viver”. E isso coloca a experiência em um lugar central. A vida, a realidade, é ela que interpela este horizonte, estes sentidos que chamamos de “bem viver”.

A primeira palavra que eu vou utilizar, dos tantos idiomas indígenas, é uma palavra aymara: “illa”³. A “illa” corresponde a algo que já é, sem ser ainda isso que já é. Ou seja, algo já contém o que é, mas só vai ser se você cria adequadamente isso que já é. É como um trava-língua.

E por que é importante esta palavra e esta noção?

O “viver bem” ou “bem viver” não é um futuro, não é uma noção utópica. Não é, nesse mesmo sentido, um conceito que organiza nossas ações, como uma teoria organizadora do nosso pensamento. O “bem viver” já acontece nas relações entre as pessoas, nas relações que construímos e no jeito que habitamos ou reabitamos a cidade. Mas a nossa cidade ainda não é isso que quer ser. Tem que ser criada adequadamente. Então, a gente cria nossa “illa” cotidianamente na vida. Ontem me contaram que em São Paulo os bolivianos e as bolivianas fazem uma festa muito importante, a Festa das Alasitas. “Alasita” também é uma palavra que vem do aymara. A Festa das Alasitas acontece no mês de janeiro e nela vocês podem encontrar tudo. Essa é uma festa urbana, mas essa festa urbana trouxe para a cidade as ritualidades e as práticas camponesas, porque as culturas indígenas são em seu início agrocêntricas, e mantêm sua estrutura cultural, os modos de vida, o jeito de viver a partir de ciclos da natureza e a regeneração da vida na natureza. Isso é trazido para o espaço urbano, e essa Festa das Alasitas é justamente uma festa das “illas”.

O que se encontra na cidade nessa festa? Encontra-se tudo em miniatura: casas, automóveis, a carteira profissional, dinheiro, certificado de matrimônio, certidão de nascimento para os filhos. Também tem certidão de divórcio? Também. Tem tudo, alimentos, tudo que se pode imaginar. Mas tudo isso muito pequeno. Ou seja, você pode comprar isso, mas isso só vai ter valor de “illa” se você puder criar. As coisas não são um símbolo pelo que querem ser: elas já contém o que são, mas ainda não são o todo. O todo tem que ser criado. Para produzir esse processo de criação, uma das coisas importantes é você comprar “dinheiro”, muito dinheiro. É o único dia que você pode comprar um milhão de dólares ou de euros com um boliviano. Você pode comprar, mas esse dinheiro tem sentido se você dá para outro.

3 Pronuncia-se ilha.

Então, na festa, você entrega o dinheiro para outro, e você recebe de outros. Você recebe, pega esse dinheiro e coloca na carteira. Eu tenho esse dinheiro na minha carteira. Só é possível fazer aquela criação, esse broto novo existir, se você troca, estabelece esta reciprocidade com outros, *intercambia*. E aqui há uma questão fundamental do “bem viver”.

O “bem viver” e a possibilidade de pensar nesta perspectiva é colocar no cerne do debate a dimensão relacional. Não é possível falar em “bem viver” sem o relacional como lugar central. É impossível falar de coisas como bem viver como sendo o “bem viver” dela ou o “bem viver” dele. Não existe bem viver individual. Só é possível falar em estruturas relacionais. E isso muda completamente a construção da noção do sujeito, a construção da relação entre o individual e o coletivo como dicotomia. Não é possível falar de “bem viver” sem a estrutura relacional, com a possibilidade que a vida regenere os ciclos vitais para todos e todas. Todos e todas não são só humanos, como vamos observar agora.

O segundo exemplo que eu quero apresentar é sobre uma festa muito importante que surgiu na cidade de La Paz nos anos 1920. A cidade de La Paz, quando foi fundada na estrutura colonial, estava dividida por um rio como muitas cidades, separada por um ponto que estabelecia a cidade espanhola para um dos lados e a cidade dos índios para o outro lado do rio. Na cidade dos índios tinha – como em todas as partes – igrejas. A igreja foi ocupada pelos setores indígenas. Os índios que moravam na cidade tomaram, em quase todo o nosso continente, a festa da tradição cristã e a reabitaram a partir dos códigos indígenas. A festa maior na cidade de La Paz chama-se Festa do *Gran Poder*. O santo padroeiro, o Senhor do *Gran Poder*, agora com o processo moderno teve o rosto ocultado; mas o santo original tinha três rostos. Na estrutura indígena, os mundos são três. E isso é um elemento-chave na produção do sentido social, do saber e do conhecimento, e do jeito que você interpreta a vida. Na tradição indígena, há sempre dois que são complementares, tensos e complementares entre eles, e tem um no meio – que nós falamos em idiomas indígenas “taypi” –, que é um lugar de encontro das forças contraditórias tensas, mas também complementares entre elas. E o “taypi” reorganiza, redistribui o existente para reequilibrar as relações. Este é um elemento-chave dos povos indígenas para construir as relações sociais, as relações na comunidade.

Esse santo tinha três rostos, aludindo a esses três mundos que, neste momento de festa ritual, se juntam. Este é um momento muito importante no mundo indígena. Esse santo era a penetração do mundo indígena no espaço urbano. Em 1920, essa festa era muito pequena. Nos anos 1960, a festa conseguiu penetrar no centro histórico da cidade, no lugar colonial do poder. Ela ingressou lá e se tornou uma festa muito grande, onde se transforma a experiência cultural da cidade de La Paz. Hoje a festa, que aconteceu no começo de junho, movimenta uns setenta, oitenta “comparsas”, que são grupos

de dança culturais. Diferente do carnaval do Rio, são quarenta, cinquenta danças distintas. Esta festa mobiliza algo como cem milhões de dólares. Tem uma capacidade econômica impressionante! Mas a festa ainda reproduz-se em forma de economia de reciprocidade, um jeito distinto de organizar as relações. Desmonta uma leitura, que também acontece muito, segundo a qual as experiências de reciprocidade e a construção comunitária da possibilidade de outras sociedades acontecem em situações de precariedade, acompanham sempre situações de pobreza. Porque a pobreza produziria a necessidade de solidariedade, de apegar-se ao outro, de contribuir, de trocar para sobreviver. Mas estamos falando de estruturas econômicas de abundância que disputam a economia. A festa faz aquela articulação e mantém relações de reciprocidade, produz outras relações sociais e econômicas.

Então, eu não posso trabalhar com o tema do “bem viver” se não trabalho a partir do existente, agregando sentidos. Assim posso criar aquela “illa” que eu falei no começo, nesse sentido de transformação, a partir do “bem viver”.

A gente disputa a cidade porque reabita a cidade. A cidade é habitada num outro sentido, a partir das experiências indígenas nos espaços urbanos, mas também pelo que nós poderíamos chamar de “setores populares”. É verdade que não existe só um sentido de cidade. Uma das coisas mais complicadas na nossa lógica colonial do mundo capitalista de hoje é desmontar a ideia de que só existe um sentido de cidade. É interessante, mas você pode encontrar na macroeconomia, na macropolítica do país, diferenças nos programas de direita e de esquerda, ainda que muitas vezes se aproximem muito. Mas, quando observamos as políticas de esquerda e de direita sobre a cidade, encontramos um caminho único. A cidade sempre é vista do mesmo jeito por que temos que inserir em nossa vida a ideia de que existe um modelo único de cidade. O extrativismo imposto pelo sistema colonial produziu cidade. A cidade maior do continente no início da invasão europeia foi Potosi. E Potosi tinha a maior população do continente porque tinha a principal mina de exploração de prata do continente. O extrativismo gerou cidades; mas não só gerou cidades no espaço físico, produziu uma subjetividade muito mais forte. Hoje, mesmo sendo um habitante camponês, incorporamos na vida a subjetividade profundamente urbana. E aqui nós precisamos desmontar, desconstruir as ideias deste sentido único de cidade.

Nesta festa que falávamos, outro elemento importante é a territorialidade, o movimento duplo, muito importante, presente permanentemente nas experiências do “bem viver”. A necessidade de colocar a territorialidade local, o pertencimento; ou como falamos, a singularização – ao mesmo tempo a permanência das noções de comunidade e da relação com o outro. Não é possível falar desta territorialidade desde os setores aymaras na cidade de La Paz. Mas não é possível falar nem entender a festa se não encontrarmos os vínculos dos membros desses setores com a comunidade de origem camponesa.

Hoje a relação destes grupos com a China em termos econômicos, culturais e estéticos, tem incidência sobre isto. Os chineses organizam grupos de 30, 40 pessoas vinculadas à *fiesta* e levam para a China a cada ano, com passagem de avião paga, estadia grátis, para que as pessoas vinculadas à festa possam observar a tendência possível das cores dos tecidos, dos modelos de tapeçaria para a festa do ano que vem. E depois, a China inunda a festa com aqueles tecidos, os instrumentos, a estética. Na Bolívia, a presença da China é muito grande e não são as pessoas das elites oligárquicas, brancas, as que trabalham com a China. São esses aymaras dos setores populares que movimentam o comércio com a China. Todas as escolas de Mandarim não estão nos bairros de elite, brancos; estão nos setores populares vinculados ao comércio, nesses setores populares, porque eles se articulam com a economia chinesa.

Estamos falando de realidades muito contraditórias, muito complexas, capazes de coabitar com as lógicas do capital e, ao mesmo tempo, de criar esses outros jeitos de vida, essas outras maneiras de entender as relações econômicas, porque eles seguem reproduzindo as formas de reciprocidade, as formas de redistribuição que permitem potencializar outras economias além do capitalismo. Aí mesmo habitando desde o território do capital, disputam esta lógica desde lá. Por isso o conceito “illa” é importante para entender as experiências do “bem viver”. As experiências são contraditórias, não são puras, são complexamente *entrecruzadas*⁴.

Eu quero visibilizar agora três coisinhas para fechar, só para provocar o debate e para depois aprofundar algumas coisas. Na estrutura do “bem viver” há um conceito relacional, e no sentido relacional tudo tem vida. Eu poderia colocar um montão de exemplos. Então, a noção de lixo não existe, porque não se pode produzir algo para ser dejetado. Tudo tem vida, mas como tudo tem vida, tampouco existe relação objeto-sujeito. Não há diferenciação entre objeto e sujeito. Todos os objetos são sujeitos e não estabelecem vínculo relacional com as coisas.

4 Usamos *entrecruzadas* para se aproximar da palavra *abigarradas*, originalmente usada pelo autor, na qual não encontramos sinônimo na língua portuguesa. Para o autor a palavra *abigarradas* traz um conceito chave, pois expressa um cenário que mostra simultaneamente os processos de singularização e de entrecruzamentos. São mesclas e brotos de algo novo e inédito. O *abigarramiento* não é, portanto, um todo mesclado, pois também há singularização e justaposição, novidades e também mesclas e entrecruzamentos e tudo em meio as relações de poder.

Nós, da *Red de la Diversidad*⁵, trabalhamos a partir do campo cultural, mas o estético, a experiência estética não se torna mais um elemento ornamental. Uma coisa só tem valor se tem valor de utilidade. As culturas indígenas têm um nível de praticidade muito forte e, por isso, conquistaram territórios da economia, porque foram colocar suas experiências na disputa política do poder e na disputa econômica das relações de uma cidade.

Não é possível pensar o debate sobre o “bem viver”, senão articulamos alternativas e propostas a partir do existente em uma tripla dimensão simultânea. Isso foi uma das coisas que nós aprendemos a partir do debate sobre o “bem viver”: a necessidade das transformações desde a noção de “illa” e que só acontecem simultaneamente em muitos pontos, em muitos campos.

É preciso trabalhar nas políticas públicas, na disputa por dentro do estado, mas às vezes, a ideia da política pública já não tem que ser como a política pública que incentive algumas dimensões. Não. Nós defendemos que muito das disputas com e pelas políticas públicas deve ser que elas não bloqueiem o que acontece na vida das pessoas. Muitas vezes quando reivindicamos uma política pública, a institucionalidade de um Estado, o que o Estado toma das experiências populares termina matando sua vivacidade e as faz enfermas, fecha sua experiência vital. Então, quando na política temos que disputar, tem que ser uma política que não bloqueie a experiência social. E isso muda a maneira de entender as políticas públicas.

Segundo, não se pode trabalhar o “bem viver”, se não se trabalha sobre o jeito em que acontece o tecido associativo, o tecido comunitário. Muito do que acontece em nossas organizações ainda são processos profundamente coloniais, patriarcais, mercantilizadores da economia. Muito do nosso debate sobre os direitos terminam consolidando a estrutura econômica dominante do capitalismo.

E o terceiro elemento: tudo isso é insuficiente senão muda a construção das relações cotidianas. Então, aqui aparece uma terceira dimensão: não falamos desde a dimensão individual, porque não é possível falar no “bem viver” como um processo individual, é preciso falar disso conectado à estrutura das relações cotidianas, das convivências do dia a dia.

5 A *Red de la Diversidad* surge em 1995 como uma necessidade dos jovens da cidade do Alto para fazer-se escutar e participar das lutas contra o neoliberalismo reinante na Bolívia. Hoje, a *Red* tem um Centro para realizar suas diversas atividades políticas, culturais e sociais. Uma parte importante do Centro é a sua rádio, que reflete suas atividades. Há centros parecidos nas cidades de Sucre e Tarija, e uma rede de rádios que trocam programas de diferentes regiões. A *Red de la Diversidad* enfatiza uma reflexão sobre o mundo contemporâneo do projeto de civilização globalizado e dos modelos de desenvolvimento ocidentais modernos, para repensar a ação social e a transformação desde a diversidade e as cosmovisões indígenas, a participação juvenil e o campo cultural como lugar do político.

Hoje falamos lá na Bolívia, que o processo de transformação está calcado em dois pés. Um pé no debate colocado pela esquerda durante todo o século XX, que é o debate sobre a igualdade, o debate sobre a democratização, o debate sobre o acesso dos setores populares aos direitos e a riqueza – porque vivemos em sociedades altamente estratificadas e assimétricas nas relações e na distribuição da riqueza e do poder. Mas esse pé é insuficiente, senão colocamos o outro pé em um sentido de vida outro; em outro horizonte civilizatório perante àquela crise civilizatória que se falou hoje. Porque o cerne da crise civilizatória está numa incapacidade das sociedades modernas, desde o desenvolvimento e o crescimento, em responder adequadamente ao equilíbrio dessas múltiplas relações entre os homens, entre homens e mulheres, entre os seres humanos, entre seres humanos e a natureza, entre seres humanos e os ancestrais, a memória e a história, e entre os seres humanos e aquilo que podemos chamar de campo sagrado, espiritual.

Realização



FASE

Apoio



FUNDAÇÃO
ROSA
LUXEMBURGO

ACEITE
FACILITADOR

TABARE E CARAGEJO

SERAPIA

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86471-85-8



9 788586 471858